

IZABEL CHRISTINA GHERMACOVSKI

O TEXTO EM DIMENSÃO DISCURSIVA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Lingüística, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Iara Bemquerer Costa

CURITIBA

2000

ZZ 59-0






PARECER

Defesa de dissertação da Mestranda IZABEL CHRISTINA GHERMACOVSKI, para obtenção do título de **Mestre em Letras**.


Os abaixo assinados Iara Bemquerer Costa, Raquel Salek Fiad e Carlos Alberto Faraco argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“O TEXTO EM DIMENSÃO DISCURSIVA.”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
Iara Bemquerer Costa		A
Raquel Salek Fiad		A
Carlos Alberto Faraco		A

Curitiba, 28 de setembro de 2000.


Prof. Reny Gregolin
Coordenadora

Aos meus pais, José e Aparecida.

Ao meu grande companheiro,

Evaldo Marcos Pavanato.

AGRADECIMENTOS

A Capes, pela concessão da bolsa, sem a qual não seria possível o tempo para os estudos.

À professora Iara Bemquerer Costa, pela compreensão e paciência em todo o processo de construção da dissertação e pelo extremo cuidado na leitura do texto.

Aos professores da Pós-Graduação, pelas preciosas aulas.

Ao professor Carlos Alberto Faraco, pelos textos trazidos em sala e pelas preciosas aulas, sem os quais não poderíamos construir boa parte desta dissertação.

Aos meus colegas de Mestrado, Deizi, Guto e, principalmente, Sebastião, pela sua leitura e discussões.

Ao Odair e a Glaci, pela paciência e auxílio nos emaranhados burocráticos.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
1 APROXIMAÇÕES DO OBJETO	4
1.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES DE TEXTO	12
2 CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E DE FALANTE ENQUANTO ELEMENTOS ORGANIZADORES DO CONCEITO DE TEXTO	24
2.2 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM COMO PEÇA-CHAVE PARA O ESTUDO DO TEXTO EM DIMENSÃO DISCURSIVA.....	31
3 TEXTO EM DIMENSÃO DISCURSIVA	41
4 EM BUSCA DE POSSIBILIDADES DE ANÁLISE	52
4.1 UM ESTUDO PARTICULAR: O DEBATE SOBRE OS SEM-TERRA EM FOCO.....	59
4.2 ALGUNS MODELOS DE ANÁLISES DE TEXTO.....	84
CONCLUSÃO	93
ANEXO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

RESUMO

Nesta dissertação fazemos uma discussão teórica sobre o conceito de texto. Para tanto, apresentamos inicialmente algumas noções de texto cujos formuladores têm como preocupação aspectos da textualidade, tanto aqueles referentes aos processos internos ao texto quanto os que consideram o ouvinte/leitor e a situação de uso. Partindo da idéia de que a concepção de linguagem e de falante é o elemento organizador das noções apresentadas, destacamos que a linguagem muitas vezes é vista como uma realidade autônoma e auto-regulada, e a compreensão de falante, quando este é problematizado, aproxima-se do conceito moderno de indivíduo enquanto origem de seu dizer, percepções que trazem implicações para o processo de compreensão ou de leitura. Tentando nos contrapor à direção desses trabalhos, valem-nos das idéias do Círculo de Bakhtin, cuja preocupação com a linguagem em sua integridade viva e concreta e seu entendimento do sujeito enquanto ser socialmente constituído e internamente complexo levam-nos ao que denominamos de conceito de texto em dimensão discursiva. Por fim, tentamos mostrar as implicações disso traçando algumas possíveis análises, tendo como material empírico alguns textos cujo tema de debate circula em torno das ações dos sem-terra.

ABSTRACT

In this work we discuss the concept of text. First, we present some notions of text whose authors propose to analyse *texture* aspects, as the aspects referring to internal elements as consider the hearer/reader and the communicative event or the language in use. Assuming that the concept of language and the speaker organize the notions of text presenting in that authors, we punctuate that the language, many times, is considered like a autonomous reality and internally regulate, and the speaker, when he/she is considered by the theories, is understood in terms of modern concept of person, namely, like source of his/her speech. These both way of view, as we pointed out, are very important to the process of comprehension or reading. We try to oppose these perspectives presenting the Circle Bakhtin's ideas: for him, the reality of language is the interaction, and the subject is internally complex and socially constituted. This point of view base our comprehension of text in discursive dimension. Finally, we try to show the implication of this notion and trace some analyses using some texts that discuss the landless peasants' actions.

INTRODUÇÃO

Os estudos da linguagem constituem um campo dos mais complexos, dado que o modo como a concebemos cria diferentes maneiras de abordá-la, mas igualmente saboroso, porque ela é objeto de calorosas polêmicas que datam de séculos e se proliferam no âmbito das mais variadas disciplinas. Considerando apenas o palco dos estudos lingüísticos de maneira geral, a realidade difusa e opaca da linguagem motivou alguns teóricos, por um lado, a fazer recortes, elegendo uma de suas possíveis dimensões como objeto de estudo, e, por outro, a perceber que a linguagem é uma realidade que está tão impregnada em nós que se torna “inabarcável”, mas nem por isso não passível de ser objeto de análise. Esses dois olhares sobre a linguagem que estamos opondo serão essenciais para a compreensão do objeto que elegemos para o nosso estudo: o texto.

O texto tem obtido crescente relevo em diversas áreas, prova disso é a própria constituição da lingüística textual, que abarca numerosas aproximações do objeto texto e vem propagando conceitos já bastante conhecidos, como coesão e coerência, e compreensões e análises de texto que operam, em maior ou menor grau, com o arcabouço teórico dos mais diversos grupos, como os semanticistas, os teóricos da enunciação, os analistas do discurso. É claro que esses grupos mostram-se tão heterogêneos quanto a própria lingüística textual, mas com possibilidades de pontos de contato entre eles.

A eleição do texto como nosso objeto de estudo nasceu da necessidade de conhecermos e de analisarmos alguns de seus conceitos, principalmente aqueles de maior impacto, como o de Halliday & Hasan. Além disso, como muitas vezes

percebemos que estes estudos não prescindem dos métodos anteriores de estudo frasal, preocupando-se excessivamente em estabelecer as propriedades que fazem um texto ser texto – as quais quase sempre têm como ponto de partida o código verbal –, intuimos que seja possível trazer para os estudos do texto algumas contribuições, polemizando questões que podem lançar um olhar sobre outros aspectos do texto, como a sua construção histórica, a consideração dos sujeitos envolvidos, a relação que se estabelece entre autor-texto-leitor, o sentido e a interpretação. Não que essas questões não tenham tido lugar em outras disciplinas, mas nos parece que a concepção de linguagem em sua integridade viva e concreta tomada pelo Círculo de Bakhtin pode fundamentar categorias outras que de modo algum dispensam o material verbal, mas dão respostas que lançam a linguagem num cenário muito mais complexo.

Dadas essas considerações, em um primeiro momento, nosso objetivo neste trabalho é apresentar alguns conceitos de texto e compreender a concepção de linguagem que os fundamenta. É nosso intuito também trazer para esse debate as idéias do Círculo de Bakhtin, pois apontaram e vêm apontando problemáticas antes não levantadas e/ou não enfrentadas pela maior parte dos estudos lingüísticos. Foi nessa direção que escolhemos o título desta dissertação: “O texto em dimensão discursiva”, que grosso modo se opõe a uma aproximação do texto como objeto em si mesmo. Compreendendo texto nessa dimensão, temos em vista ainda lançar algumas possibilidades de análise de texto, trazendo alguns exemplos.

Traçado o quadro geral da dissertação, cabe-nos apresentar a sua estrutura. No primeiro capítulo, tecemos algumas considerações mais intuitivas sobre o nosso objeto e depois apresentamos alguns conceitos de texto destacando as suas principais preocupações. No capítulo dois, preocupamos-nos em discutir qual a concepção de linguagem e de falante que fundamenta os conceitos dos textos dos autores que estudamos e apresentamos a concepção dialógica de linguagem formulada pelo

Círculo. Com isso, passamos, no terceiro capítulo, a discutir o que definimos como texto em dimensão discursiva e, com base em alguns exemplos, lançamos no capítulo seguinte algumas possibilidades de análise de texto, trazendo para tanto algumas discussões em torno do debate sobre os sem-terra. Pensamos que uma discussão mais rica e abrangente sobre o assunto só seria possível no interior de um trabalho que tivesse este tema como preocupação principal, o que não é o nosso caso. Por isso nesse capítulo preparamos um estudo mais próximo a um ensaio, de modo que pudéssemos trabalhar empiricamente com um objeto considerando o escopo teórico exposto nos capítulos precedentes, sem o compromisso de tentar esgotar as nuances que envolvem este complexo tema.

É nosso intuito com este trabalho colaborar pelo menos na qualidade do debate sobre a noção de texto, polemizando a aparente homogeneidade que a noção possa ter e trazendo um olhar discursivo para o tema, o qual leva em consideração um fazer lingüístico baseado em uma concepção de linguagem não sistêmica, mas ligada às situações concretas e aos sujeitos históricos.

1 APROXIMAÇÕES DO OBJETO

Eleger como tema específico de um debate um objeto em um determinado campo do saber só é possível porque o próprio campo estabeleceu para ele um lugar. É apenas nesse sentido que podemos escolher “texto” como nossa unidade de estudo. Mas de modo algum a nossa percepção sobre ele é redutora a ponto de tomá-lo como um objeto homogêneo e transparente, cujas fronteiras estão bem delimitadas, cabendo ao pesquisador olhar para esse todo acabado e dele extrair o conceito e o modelo de análise, aplicando-o empiricamente.

Essa percepção se deve em grande medida a nossa leitura do livro **Arqueologia do saber**, de Michel Foucault, cuja importância para qualquer tipo de estudo que lida com noções, objetos e com análise de textos, livros, etc. está no fato de apontar para a necessidade de suspender certas noções ou unidades que nos parecem familiares. Esse olhar faz com que se torne difícil o estabelecimento de fronteiras rígidas entre o que ele chama de figuras de conjunto, como a gramática, a medicina, a economia, etc., ou seja, o autor nos faz ver que as noções já estabelecidas, os recortes realizados ou os grupamentos já familiares precisam ser arrancados de sua quase-evidência e portanto não podem ser transpostos mecanicamente a certas épocas ou espaços em que eles não podiam ser reconhecidos.

Sabemos que as implicações teóricas e metodológicas do pensamento de Foucault são bastante ambiciosas, levando a estudos muito mais profundos do que aqui pretendemos. Por isso, basta-nos a idéia geral de que, ao nos estabelecermos em um campo do saber e elegermos um objeto de estudo, temos como horizonte o fato de que podemos falar em “texto” no âmbito acadêmico porque se instituiu para ele um

lugar num campo específico. Mas esse campo, que parece já ter estatuto próprio, não possui uma fronteira bem delimitada, podendo, muitas vezes, interseccionar-se com outros que não teriam ou pensar-se-ia não terem com ele qualquer afinidade.

Tendo isso em vista, tentaremos construir alguns caminhos que nos permitam aproximarmos dos entornos difusos desse objeto, com o compromisso, nesse primeiro momento, de apenas estabelecer algumas relações intuitivas que fizemos durante o processo inicial de elaboração do nosso trabalho.

Partindo preliminarmente de uma compreensão mais comum de “texto” enquanto conjunto de palavras, de frases escritas ou uma obra¹, podemos dizer que textos sempre estiveram presentes nas disciplinas humanísticas em geral. Numa breve incursão, mais restrita aos estudos lingüísticos², veremos que os alexandrinos, por exemplo, no início do século III a. C., voltaram-se para os manuscritos antigos, especialmente os poemas homéricos, de modo a encontrar aí uma raiz histórica que desse maior consistência ao mundo grego no que diz respeito à construção de sua identidade. Como os manuscritos encontravam-se bastante deteriorados, procurou-se recuperar o texto original e separar os textos considerados genuínos daqueles não autênticos. A língua aí utilizada se diferenciava em muito da dos contemporâneos, por isso tornou-se usual fazer comentários e estabelecer normas para facilitar a compreensão dos textos literários do passado. O resultado dessa tarefa foi a prioridade à língua escrita e a revalorização da língua clássica, especialmente a literária, que passou a exercer uma função de modelo de linguagem a ser seguido e praticado tanto na escrita quanto na fala. Com isso, procurava-se preservar esse modelo das variações da linguagem cotidiana, a qual, segundo os gramáticos, deturpava o que eles consideravam a boa e correta língua. Daí origina-se a

¹Para validar esse conceito intuitivo da palavra “texto”, conferir acepções 1 e 2 no Dicionário Aurélio.

²Nessa parte nos valem do capítulo 1, “A lingüística: estudo científico da língua”, presente em LYONS, 1979, p. 1-54.

preocupação com a prescrição do material escrito e com um certo modo de crítica literária. Muito possivelmente essa tradição prescritiva colaborou para a difusão de uma noção de texto mais vinculada ao material escrito.

Essa tradição perpassou muitos séculos e ainda se encontra bastante viva nas gramáticas escolares e na visão do senso comum; no entanto, passou a não ser mais validada pelos trabalhos lingüísticos acadêmicos já no século XVIII. Nesse momento, outras preocupações tomaram o seu lugar com a descoberta do sânscrito pelos europeus. Dada a constatação de que havia grandes semelhanças entre o sânscrito, o grego e o latim, passou-se a estudar a relação existente entre essas línguas em vários aspectos. Isso contribuiu sobremaneira para um estudo da linguagem de caráter mais autônomo, ou seja, para tentar compreender essas semelhanças privilegiou-se a análise da estrutura dessas línguas no que se refere a sua organização morfológica, lexical e gramatical. Assim, surgem os estudos comparativos e históricos, que por meio de uma reconstrução hipotética das línguas possibilitaram reuni-las em grupos de famílias. E mais uma vez o texto é material para o estudo das línguas. No entanto, agora interessava retirar dos textos de diferentes épocas elementos que pudessem ser comparados para que se descobrisse a origem das línguas e sua evolução no eixo temporal.

Prosseguindo esses estudos no século XIX, os textos passam a exercer um papel nas análises lingüísticas como fonte para comprovar as hipóteses elaboradas pelos estudiosos. A utilização de textos com esse intuito acompanha o nascimento de uma noção científica moderna nos estudos lingüísticos que se inicia mais fortemente com os neogramáticos e culmina de certo modo com o *Curso de Lingüística Geral*, de Ferdinand de Saussure, no começo do século XX. Mesmo que a intenção de Saussure fosse construir uma história das línguas tendo como

dimensão a sincronia, somente os documentos escritos poderiam conservar as línguas passadas e distantes, possibilitando a descrição de sua organização. Vale transcrever uma passagem do autor quando da definição da tarefa da lingüística: “[...] como a linguagem escapa as mais das vezes à observação, o lingüista deverá ter em conta os textos escritos, pois somente eles lhe farão conhecer os idiomas passados ou distantes.” (SAUSSURE, 1977, p. 13).

As idéias de Saussure tiveram grande receptividade e acabaram recebendo um maior refinamento com os integrantes das chamadas escolas clássicas da lingüística estrutural. Como ficou definido que a *langue* seria o objeto da lingüística, os estudos em grande medida acabaram limitando-se à análise de unidades fonológicas e morfológicas, tendo como unidade máxima a palavra. Embora haja referência à frase no *Curso*, Saussure (p. 144) adverte que ela, mesmo sendo o tipo por excelência de sintagma, pertence à fala e não à língua; mas os sintagmas a que ele se dedica são aquelas expressões ou frases feitas, as quais pertencem à língua, pois não são improvisadas, mas organizadas pela tradição (exemplos dados em português: “estar de lua”, “forçar a mão”, “ter dó”). Alguns teóricos que se apropriaram das idéias de Saussure chegaram a admitir que a frase faria parte da *langue*, mas excluindo o texto, como Leonard Bloomfield (conforme citado em MARCUSCHI, 1983, p. 2), e ainda mais tarde os gerativistas, preocupados estes últimos com as estruturas da sentença, inclusive as semânticas, independentemente do contexto e do texto.³

Nesse sentido, nos estudos lingüísticos mais tradicionais, o texto, na acepção que delimitamos, basicamente constituía-se como documento ou fonte escrita que guardava um modelo de língua a ser resguardado e imitado (no caso específico

³É difícil dizer que haja nitidamente um ponto de partida para os nossos trabalhos; mesmo assim, queremos creditar essas intuições iniciais à parte inicial de MARCUSCHI (1983), onde se faz um apanhado geral sobre os conceitos de texto.

dos alexandrinos, o modelo era o texto literário) ou ainda o texto escrito era uma realização de uma determinada língua, da qual era possível apreender as unidades que a organizam, de modo a encontrar traços de parentesco entre famílias de línguas, agrupá-las e mais adiante estudar as estruturas imanentes de todas as línguas.

Apesar de servir como apoio, as pretensões naquele momento não eram de problematizar esse objeto, mesmo quando há referências explícitas à palavra “texto”. Há menção, por exemplo, na lingüística distribucional norte-americana, de cujas teses Bloomfield é o elaborador mais destacado.⁴ Como a pretensão dessa escola era de descrever determinada língua cuja organização era desconhecida (como as línguas indígenas, por exemplo), a única realidade com a qual o lingüista lidava eram os dados fornecidos geralmente por informantes nativos da língua a ser estudada, ou seja, os textos, como foram denominados esses dados. De posse destes, cabia ao pesquisador aplicar procedimentos (partindo sempre dos níveis reconhecidos da língua: fonológico, morfológico e sintático, hierarquicamente dispostos) para descobrir as unidades mínimas que compõem o texto até chegar às mais complexas e, enfim, à organização de determinada língua. Nesse sentido, podemos dizer que texto equivaleria à *parole* ou dela faria parte, mas ele não se constitui como objeto da lingüística, já que interessa a descrição da língua e não a problematização da face da linguagem considerada individual por Saussure.

Também Louis HJELMSLEV (1975) refere-se a texto na tentativa de desenvolver uma teoria universal da linguagem. Para ele, a teoria da linguagem deve se interessar pelo texto, que é um dado suposto da experiência a partir da qual é possível analisá-lo e especificá-lo, passando da totalidade (texto) para as partes, ou seja, ele considera o texto como uma classe analisável em componentes e estes como

⁴Ressaltamos que não faz parte de nosso trabalho a análise desse autor; por isso nos detivemos apenas na leitura da parte inicial de BLOOMFIELD (1973). O mesmo é válido quando citarmos o estudo de HJELMSLEV (1975).

classes analisáveis também em componentes. Como sua visão é de que “o objeto afeta e determina a teoria e não o inverso” (*Ibidem*, p. 15), Hjelmslev tece críticas ao método indutivo da lingüística anterior, que entra em conflito com o método dedutivo que ele abraça. Mesmo havendo essa contraposição, não podemos dizer que ele recorta um objeto distinto da lingüística saussureana; o que há é um redirecionamento do sentido da pesquisa: em vez de partir das unidades menores para as maiores, passa-se das regras maiores manifestas no texto para as menores.

Mesmo sem haver uma definição explícita de texto, podemos considerar que, até aqui, ele se constitui como uma realização da *langue*, a partir da qual é possível fazer um inventário finito de unidades que constituem a língua.

Mas estas são referências esporádicas no curso dos estudos lingüísticos mais tradicionais. Em geral, habitualmente limitava-se o objeto de investigação da lingüística até o nível da sentença, dado que, de acordo com os teóricos, esse era o limite no qual era possível um estudo da estrutura, ficando para a estilística o domínio de elementos que fossem para além dela, como afirmam BEAUGRANDE & DRESSLER (1981, p. 17).

Essa limitação do campo de interesse do lingüista foi aos poucos sendo revista, particularmente nos anos 60 e 70, quando são produzidos inúmeros trabalhos com preocupações diversas.⁵ Harris, por exemplo, propõe um método formal direcionado a uma gramática do discurso prescindindo do conteúdo. Na Europa, publicações e congressos reúnem trabalhos dedicados ao objeto texto, ocupando-se em um primeiro momento com as análises transfrásticas e mais tarde com as teorias textuais. Além disso, em resposta às limitações impostas pelo modelo gerativo-transformacional que se destacava no período, a sociolingüística, ao questionar as noções de “falante ideal” e “comunidade homogênea de fala”, enfatiza as variações

⁵A apresentação dos trabalhos que se seguem tem como fonte van DIJK (1985).

não apenas morfológicas, fonológicas e sintáticas, mas também discursivas, fazendo análises de duelos verbais entre adolescentes e de narrativas orais sobre experiências pessoais. Também despertaram a atenção os trabalhos sobre os atos de fala, os quais adicionaram um componente pragmático ao estudo da linguagem. Aí os enunciados verbais são considerados como formas específicas de ação social, ou seja, quando se produz uma sentença em contexto específico, podem ser adicionados alguns significados ou funções definidos em termos de intenções e crenças do falante e forma de interação entre este e o ouvinte. (van DIJK, 1985).

Também em outras áreas se verificaram mudanças que acabaram contribuindo para a problematização dos objetos da lingüística. Começavam, por exemplo, nesse período, alguns experimentos na área da psicologia e da inteligência artificial interessados na memória semântica e na representação do conhecimento. A psicologia, assim como a psicolingüística, valeu-se muito dos trabalhos do modelo chomskiano sobre o processamento de informações no plano cognitivo, num importante passo contra a prevalência até então do behaviorismo, enquanto no campo da inteligência artificial iniciaram-se importantes trabalhos sobre a representação do conhecimento na memória. São daí provenientes algumas noções utilizadas nos estudos do texto e do discurso, como *schema*, *script*, *scenario*, *frame*, etc., com diferentes compreensões. A sociologia também foi uma área que revelou mudanças. Levada pelo maior destaque a abordagens microssociológicas e menos às macrossociológicas, passou-se a dar atenção à análise de conversas cotidianas e outras formas do diálogo natural, em que era possível vislumbrar os modos de interação social. A antropologia, que se orientou igualmente para eventos comunicativos, produziu uma pesquisa etnográfica cada vez mais autônoma denominada de etnografia da fala. Com isso, passou a ter relevância a linguagem

concreta, em uso, no contexto sociocultural em suas várias formas de comunicação e interação verbal. (van DIJK, 1985).

Os desdobramentos posteriores são os mais heterogêneos possível, mas de maneira geral eles retomam elementos colocados à margem pela lingüística saussureana, passando a ampliar seu campo de estudos. A entrada de elementos relacionados ao uso da linguagem, como os falantes, o contexto social e os aspectos históricos, problematizou posições bem delineadas, como língua e fala, competência e desempenho, lingüístico e extralingüístico, e gerou um número variado de trabalhos, como aqueles que se organizam em torno do texto e do discurso.⁶

Nesse particular, um dos caminhos tomados pelos teóricos foi a tentativa de definir as propriedades do texto, ou seja, tomando a *textualidade* como objeto. Indo além das limitações das análises transfrásticas, que consideravam o texto como **uma unidade maior que a frase e a sentença**, HALLIDAY & HASAN (1976) respondem algumas perguntas que rondaram inicialmente alguns conceitos de texto elaborados, como: Seria uma unidade maior do que a frase ou a sentença? Seria qualquer trecho? Refere-se tanto à escrita quanto às formas envolvidas na fala? Para os autores, o texto pode ser **qualquer trecho, falado ou escrito, que forma um todo unificado**, e o que dá unidade a ele é a coesão. As conceituações posteriores de texto foram as mais variadas, mas no que diz respeito ao critério de textualidade, as linhas definidas por Halliday & Hasan, como os princípios de unidade, conexão e seqüencialidade, embasam boa parte dos trabalhos nessa área.

Devido à importância dos autores acima citados, decidimos apresentar as suas principais preocupações na seção seguinte e fazer um contraponto nos valendo

⁶Esses estudos são bastante heterogêneos e, segundo BARROS, em *Estudos do texto e do discurso no Brasil*, organizam-se por algumas linhas de investigação: a francesa e a inglesa, os estudos dos textos orais nas perspectivas textual-interativa e/ou conversacional, a semiótica narrativa e discursiva e outras que combinam aspectos diversos da análise do discurso e do texto.

de outros trabalhos que tiveram como objeto a textualidade, como BROWN & YULE (1993) e BEAUGRANDE & DRESSLER (1981). A utilização dos primeiros se justifica pela sua crítica ao trabalho de Halliday & Hasan, por trazer à tona a importância do leitor e por traçar um modelo de coerência; e dos segundos por assinalar em seu modelo outras variáveis nos estudos do texto.

Além disso, a percepção de texto em sua dimensão de uso ou enquanto evento comunicativo, conforme destacado pelos autores, interessa-nos sobremaneira neste trabalho, pois queremos saber que discussões são incorporadas, que elementos da linguagem em uso ou comunicativa entram em cena e, enfim, se são rompidas as barreiras que se interpuseram com uma concepção sistêmica de linguagem que limitava o estudo à sentença, ou seja, às unidades definidas por critérios formais.

1.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES DE TEXTO

As primeiras tentativas de abordagem do texto encararam-no como uma unidade que transcendia a sentença, transportando, de modo geral, os métodos utilizados nesses trabalhos para os estudos do texto. Nesse sentido, houve uma mudança apenas na extensão do objeto de estudo, sem que fossem tocados os pilares já edificados pela lingüística. Mas já havia aí a preocupação tanto com as unidades que transcendiam aquelas abordadas pela lingüística quanto com o fato de que nestas também é possível encontrar uma unidade lingüística estruturada. Mais que isso, as questões que passaram a ser levantadas por diversos trabalhos fizeram com que entrasse em cena o problema da significação, da função de um texto no contexto, do próprio contexto, da produção e da recepção, etc.

Referência quase obrigatória nesse meio é a de HALLIDAY & HASAN (1976), cujas discussões teóricas se fazem sentir no curso dos estudos sobre o texto, principalmente com a noção de coesão. Uma das grandes preocupações explicitadas pelos autores é com a conceituação de texto, a partir da qual foi possível a eles estabelecer suas propriedades e distinguir, portanto, o que seria considerado um texto e um não-texto. Em primeiro lugar, os autores consideram que qualquer falante nativo sabe, sem dificuldade, se o que ele ouve ou lê em sua língua pode ser considerado um texto. À primeira vista parece-nos que há um apelo à intuição do falante como se ele fosse dotado de uma capacidade textual proveniente do fato de ser um falante nativo, mas os autores, mesmo não descartando o fato de que somos sensíveis à distinção entre textos e não-textos, transferem ou direcionam o reconhecimento da particularidade da unidade texto para a sua própria constituição. Eles percebem que o texto não é uma unidade abstrata que se define por sua modalidade escrita ou oral, por sua extensão ou por conter sentenças que vão compondo o texto do mesmo modo como estas são constituídas por unidades menores, mas sim uma unidade de linguagem em uso, uma unidade semântica que se realiza por (e não consiste de) sentenças. Já que sua estruturação diferencia-se da da sentença, ou seja, suas partes não se integram da mesma maneira como se unem as partes de uma sentença, o elemento que caracterizaria um texto para os autores seria sua **textura**, a qual “deriva-se de seu funcionamento como uma unidade com relação ao seu contexto” (tradução nossa - *Ibidem*, p. 2).

Os autores passam então a investigar os recursos disponíveis numa língua (no caso o inglês) para criar a textura e contribuir para que o texto seja um todo unificado. Um destes recursos apontados seria o pronome, que teria como uma de suas funções relacionar (ou manter uma identidade de referência entre) elementos já

referidos no texto. Como no exemplo apresentado: *Wash and core six cooking apples. Put them into a fireproof dish*, as duas sentenças formariam um texto por haver uma relação de coesão entre elas, dada tanto pela presença do primeiro item (*six cooking apples*) quanto pela do segundo (*them*). Assim, em primeiro lugar compreende-se que haja uma relação de identidade de referência entre esses dois itens (ambos referem-se às mesmas maçãs), proveniente da estrutura da própria língua ou da intuição do falante com relação a sua língua, a qual seria responsável por garantir que se trata de um texto.

As relações ou ligações são feitas não somente pela referência, mas também por substituição, elipse, conjunções e coesão léxica. Não faz parte de nossas preocupações esmiuçar cada um desses elementos, já que inúmeros trabalhos voltaram-se para isso. Para nós importa o caminho que os autores tomam para responder ao seu questionamento inicial: o que faz um texto ser texto? Poderíamos dizer que um texto configura-se por características internas, ou seja, há uma lógica interna garantida pelas ligações entre os elementos do material verbal. Assim, as retomadas possibilitadas por recursos lingüísticos mantêm um elo entre as sentenças dando uma coesão ou uma unidade significativa para o texto.

De fato, mesmo que os autores considerem o texto como unidade em uso, não é possível percebê-lo senão como uma unidade lingüística, já que os elementos da língua seriam, se não suficientes, pelo menos essenciais para garantir a unidade textual e fazer com que os falantes compreendam texto como tal. Não podemos negar que a eleição de um objeto que vai além dos objetos típicos da lingüística traz novas questões para os estudos lingüísticos, mas parece-nos que os caminhos traçados estão muito mais em consonância do que em discordância com o aparato teórico da lingüística. Em texto que analisa o trabalho dos autores, Maria Teresa G. de LEMOS

(1992) levanta algumas discussões que nos interessam (embora estas não façam parte das preocupações de Halliday & Hasan): O texto seria um novo objeto da lingüística? Se não, de que modo suas considerações ultrapassam o quadro teórico desse campo? Se sim, quais os efeitos sobre as delimitações já reconhecidas nesse campo? Para LEMOS (1992, p. 22), “não se trata de dizer que o texto é ou não é um objeto da lingüística, mas sim que aquilo que Halliday descobre como sendo texto não pode se inscrever de imediato no quadro que a lingüística oferecia como tratamento possível de seus objetos.” É o que pode ser visto na tentativa de distinguir a natureza desse objeto (o texto) dos outros (sentença, frase).

Esse modo de olhar para as estruturas internas do texto proliferou-se sobremaneira nos estudos posteriores, mesmo que muitas vezes alguns conceitos sejam contestados e reformulados, como os de retomada, referência e, principalmente, coesão, ou ainda sejam criadas outras categorias. Um estudo que traz críticas interessantes ao modelo de representação de texto construído pelos autores acima é o formulado por Gillian Brown & George Yule no capítulo 6 do livro **Discourse Analysis**.⁷ As linhas básicas de apreciação desse modelo resumem-se a três perguntas relacionadas: Para organizar a noção de texto basta a existência em seu interior de elementos que se co-referem? Há uma relação de substituição ou identidade simples entre esses elementos dentro do texto? Somente os elementos internos ao texto garantem a textura e a possibilidade de interpretação?

De modo geral, os autores estão questionando a direção tomada por Halliday & Hasan para conceituar texto e delimitar suas propriedades. Na primeira questão, é discutido se o conceito de coesão enquanto elemento que garante a textura ou a propriedade de ser texto é necessária para a interpretação de um texto e se é

⁷Cabe destacar que esse livro tem o caráter de apresentar diversas abordagens que tenham como principal preocupação estudar o modo como as pessoas usam a linguagem para comunicar-se.

suficiente para garantir a identificação de um texto enquanto tal. Lançando mão de exemplos, como *Thank you for your comments about voicing. I will eventually get back to that lesson*, Brown & Yule assinalam que mesmo não havendo marcadores coesivos explícitos entre as duas sentenças, é possível a um leitor “normal” dizer que elas constituem um texto, sendo que a segunda é interpretada à luz da primeira (*Ibidem*, p. 196). Em outro exemplo, um trecho de narrativa em que a seqüência original das sentenças foi alterada, os autores mostram que não há garantia de que elas conformem um texto ou que nele haja coerência, mesmo que tenham sido mantidos os marcadores coesivos.

O eixo principal de sua argumentação, e que remete à segunda pergunta (ou seja, se há relação de substituição ou identidade simples entre os elementos que se co-referem no texto), está em criticar o peso que Halliday & Hasan dão às expressões formais presentes no texto e, mais que isso, na relação simples que eles estabelecem entre os elementos que se co-referenciam, ou seja, a percepção da co-referência como mera substituição, em que um elemento anafórico simplesmente toma o lugar de seu antecedente no texto. Retomando o exemplo das maçãs que utilizamos anteriormente, Brown & Yule argumentam que o elemento que substituiria “maçãs” na segunda frase não pode ser identificado como uma simples referência, dado que ocorre uma mudança de estado. Enquanto na primeira trata-se de maçãs no seu estado “integral”, na segunda, elas já estão lavadas e sem as sementes.

Brown & Yule apontam que o interesse de Halliday & Hasan limita-se à caracterização de texto pela relação entre seus elementos coesivos internos (embora os últimos reconheçam a necessidade de suplementar o modelo, com uma noção de registro ou contexto particular de situação, por exemplo). Para Brown & Yule, esse modelo é interessante e rico, mas não consegue dar conta da variabilidade de

conexões possíveis em textos, já que seria necessário um modelo adequado para a descrição de como textos são compreendidos. Nesse particular, percebemos que Brown & Yule preocupam-se constantemente com os processos de que se valem os leitores para interpretar textos. A argumentação na qual se baseiam para criticar Halliday & Hasan repousa exatamente no fato de que são os ouvintes/leitores que definem o que é texto (“Texts are what hearers and readers treat as texts” - *Ibidem*, p. 199). É nestes que reside o esforço de dar coerência ao texto e de interpretá-lo; são eles os responsáveis por estabelecer outras relações que não são levantadas nem podem ser respondidas no quadro delineado por Halliday & Hasan. Os ouvintes/leitores não se detêm em primeiro lugar na identificação de elementos e na sua substituição, por exemplo; podem até se valer dessas expressões formais presentes, mas é mais provável que construam um cenário coerente de séries de eventos descritos e os una, em vez de trabalhar somente com os conectores verbais. Assim, os receptores não estão atrás de marcadores (podem, mas não só) para compreender o texto, mas no movimento das sentenças, na busca de compreender o texto em seu todo, fazendo conexões as mais diversas. Se não podem entender a primeira sentença de um texto, por exemplo, podem lançar mão de várias operações, como buscar nas sentenças seguintes o quadro de que necessitam para interpretá-lo (cita-se o caso de uma narrativa de suspense que cria expectativa ao não fornecer todas as pistas em seu início) e/ou servir-se de elementos extratextuais.

Com relação à orientação que a discussão vai tomando, parece então que fica a cargo dos ouvintes/leitores a construção ou o estabelecimento de um quadro coerente ao texto, valendo-se, além de seu conhecimento da estrutura da sentença, também de outros formatos-padrão, os quais são organizados pelos receptores através de sua representação daquilo que está no mundo ou da representação de mundo que é

construída no e pelo discurso. Assim, um texto se caracteriza pela relação de coerência que o ouvinte/leitor estabelece com a produção do falante/escritor (que deixa pistas por meio das estruturas formais), e as questões que aí serão problematizadas pelos teóricos são: O que o texto diz faz sentido para o ouvinte/leitor? Que processos ou que relações são estabelecidas pelo ouvinte/leitor para interpretar a produção do falante/escritor?

Percebemos que a organização desse quadro teórico insere problemas não levantados e/ou discutidos dentro do “modelo de coesão”, ou seja, interessa “examinar como as pessoas usam a linguagem para comunicar-se e, especialmente, como emissores constroem mensagens para os destinatários e como estes as processam de modo a interpretá-las” (tradução nossa – *Ibidem*, p. ix). Cabe destacar que os autores se detêm na descrição de “como formas da linguagem são usadas na comunicação” (tradução nossa - *Ibidem*, p. ix), em que o falante/escritor é eleito como centro do processo de comunicação, pois é este que organiza ou possui de modo geral os elementos da mensagem (tópicos, pressuposições, referências, etc.). Nesse processo, cabe ao ouvinte/leitor interpretar e também traçar ou demarcar as inferências, mas não se trata, no entanto, segundo os autores, de defender uma abordagem em que cada fragmento de discurso seja analisado individualmente, mas uma análise do discurso que envolve elementos reiteráveis no processo discursivo, como as formas lingüísticas e alguns princípios gerais de interpretação que normalmente levamos em consideração para darmos sentido ao que ouvimos ou lemos.

A partir das considerações do parágrafo anterior, que se encontram no prefácio do livro **Discourse Analysis**, podemos perceber que este estudo passa a não mais isolar ou abstrair os elementos lingüísticos dos contextos comunicativos;

interessa aí o processo de produção e de interpretação em que sujeitos estão envolvidos, os quais, portanto, estão sendo levados em consideração no estudo. Dessa forma, na discussão sobre o nosso objeto de estudo, podemos considerar aqui texto enquanto uma unidade comunicativa, já que para Brown & Yule “Text is the verbal record of a communicative event” (p. 190). Além disso, como vimos, o modelo de coesão acaba sendo substituído pelo de coerência, em que textos não se definem pelas relações internas mas pelo ouvinte/leitor que, no processamento do texto, operará com elementos outros que poderão ou não fazer com que se dê sentido ao texto, reconhecendo-o como um texto ou unidade comunicativa.

Como nesse modelo entra em cena o papel do ouvinte/leitor (embora os autores elejam o falante/escritor como centro do processo de comunicação), cabe perguntarmos qual a concepção de falante/escritor e ouvinte/leitor que organiza a direção do estudo dos autores. À primeira vista, parece-nos que os primeiros somente controlam o processo de produção e os segundos o de recepção, ambos balizados por uma representação mental de mundo. Aqui, cabe outra questão: essa representação de mundo é uma construção individual, já organizada e construída aprioristicamente e posta em movimento nesse processo de produção/recepção? A definição de texto reside mais no fato de percebê-lo como sendo gramatical ou inteligível através da identificação de marcas formais que o falante/escritor utilizou ou deixou de utilizar, ou porque a mensagem não tornou possível ao ouvinte/leitor fazer o processamento do texto? Essas perguntas que lançamos deixaremos para retomar mais tarde, quando tivermos um quadro mais geral das questões que achamos que necessitam ser discutidas neste trabalho.

Entre outros trabalhos que abordaram as propriedades que constituem um texto está o de Robert-Alain de Beaugrande & Wolfgang Ulrich Dressler, intitulado

Introduction to Text Linguistics. Os autores se propuseram num primeiro momento a traduzir um texto de 1972 de Dressler, mas as muitas mudanças de rumo que a ciência do texto acabou tomando desde a época fizeram com que eles alterassem seus planos e passassem a organizar um trabalho que retomasse as questões levantadas em 72 e ainda cobrisse tópicos provenientes dessas modificações que estavam se operando. É interessante no texto dos autores essa atenção aos novos rumos trazidos por variados trabalhos em diversas áreas para a problematização do texto e ainda o reconhecimento de que isso insere seus estudos num processo de transição.

O projeto dos autores se encaminha para a problematização de um objeto até então não considerado e que precisa ser investigado com outro olhar. Para eles, determinar o que constitui a gramaticalidade ou aceitabilidade de uma sentença parece ser uma tarefa mais simples do que a que se teria se o objeto fosse uma seqüência de sentenças, um parágrafo, um texto ou um discurso, pois para além da frase há muito mais liberdade de seleção e variação e menos conformidade com regras estabelecidas. (*Ibidem*, p. 16-17). Nesse sentido, a questão da lingüística convencional é “que estruturas a análise pode descobrir em uma língua”? Para eles a questão é: “como as estruturas descobertas são construídas através de operações de decisão e seleção e quais são as implicações daquelas operações para a interação comunicativa?” (*Ibidem*, p. 17 – traduções nossas).

Conforme os autores, texto é definido como uma ocorrência comunicativa que reúne sete critérios/padrões de textualidade (“A text will be defined as a communicative occurrence which meets seven standards of textuality”, *Ibidem*, p. 3 – grifos dos autores), os quais devem ser considerados para que o texto seja comunicativo. Assim, se os critérios não forem satisfeitos, o texto não será comunicativo e, por isso, será tratado como não-texto. Entre eles, dois estão centrados

no material textual (coesão e coerência) e cinco nos usuários do texto (intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade). Esses critérios são vistos como princípios constitutivos da comunicação textual que definem e criam o modo de comportamento/procedimento identificável como comunicação textual. Além desses, existem os princípios reguladores que servem como controladores da comunicação textual, e não definidores, que são a eficiência, a eficácia e a adequação. Em suma, os autores preocupam-se com as características partilhadas e/ou distintas entre textos ou tipos de textos, como os textos podem ser produzidos e recebidos e para que as pessoas os utilizam num dado ambiente de ocorrência, ou seja, “how the texts function in human interaction.” (*Ibidem*, p. 3).

O interessante nesse modelo, diferentemente dos anteriores, é que entram em cena múltiplas variáveis para que textos sejam construídos e recebidos, desde a dependência de um arranjo/ordenamento sintático minimamente estruturado (o que é abarcado pela noção de coesão), passando pela necessidade de haver uma seqüenciação coerente entre eventos ou situações (que pode ser explicitada no material verbal ou tendo de ser pressuposta a partir de diferentes processos), pela atitude do produtor (intencionalidade) e do receptor (aceitabilidade) do texto, pela previsibilidade ou não do texto (informatividade), pelo papel da situação de ocorrência em que o texto é apresentado (situacionalidade) e pela necessidade de conhecimento ou recuperação de outro ou outros textos para que um texto faça sentido (intertextualidade). Além desses princípios, um texto também precisa considerar o grau de esforço dos participantes na comunicação (eficiência), criar condições favoráveis para atingir um objetivo (eficácia) e fazer ajustes entre a

situação e os modos nos quais os critérios de textualidade são mantidos (adequação) (*Ibidem*, p. 11).

Apesar de serem levadas em consideração múltiplas variáveis, parece-nos que o modo como os autores as constroem pode ser questionado. Percebemos que nesse modelo os princípios são categorias já determinadas, ou seja, estão predeterminadas antes do texto tornar-se texto, elas não nascem com o uso dos textos, mas são dadas aprioristicamente. É claro que não somos ingênuos em imaginar que estes princípios saem do nada; obviamente que eles saem das situações concretas de uso do texto. No entanto, o que os autores fazem é abstrair os textos e suas variáveis do evento comunicativo efetivo e retirar deles algumas categorias que servem para definir, regular, controlar e determinar o que eles chamam de comunicação textual. Essa abstração também é responsável pela idealização dos produtores e receptores, que nesse modelo parecem estar sempre prontos a comunicar-se, e com eficiência, eficácia e adequação, preenchendo as lacunas de um ou outro e/ou somando outros textos ou conhecimentos prévios para dar sentido ao texto.

Vimos até aqui que o tratamento dado ao texto pode tomar várias direções. Vimos também que mesmo tentando dar um tratamento que distingue texto das unidades lingüísticas até então estudadas e considerando a linguagem em uso, enquanto atividade, muitas vezes o estudo do texto acaba direcionando-se para uma análise lingüístico-formal, ou quando são consideradas questões extralingüísticas, elas parecem vir já organizadas por um falante ou ouvinte ideal, ou seja, um falante/escritor que sabe perfeitamente o que tem que considerar ao organizar um texto e um ouvinte/leitor que possui uma capacidade que lhe permite compreender um texto. Passa-se então a considerar ou as unidades internas ao texto como

responsáveis pela organização do texto ou a capacidade que o falante/ouvinte tem e que ele constrói a partir do texto.

Poderíamos ampliar este trabalho trazendo outras definições, como aquelas que compreendem texto enquanto enunciado (seqüência lingüística autônoma, oral ou escrita, produzida por um ou vários enunciadores numa situação de comunicação determinada), ou as que opõem tanto texto (objeto abstrato) e enunciado (objeto material, oral ou escrito, objeto empírico) quanto textos (semanticamente ricos destinados a suscitar emoções) e documentos (visam à univocidade de uma descrição do mundo).⁸ Mas não é nossa intenção traçar um histórico exaustivo do conceito de texto; é apenas trazer à tona algumas questões que permeiam o rumo tomado pelos teóricos ao tratarem do tema.

Depois dessa apresentação, cabe-nos agora organizar os caminhos que vão nos levar a uma compreensão do texto na dimensão discursiva e discutir como ela se diferencia da concepção de texto dos autores acima. É o que começaremos a fazer a partir do próximo capítulo, partindo do princípio de que é possível perceber os fundamentos teóricos dos autores até aqui vistos tendo como base sua concepção de linguagem e de falante.

⁸As definições entre parênteses foram retiradas *ipsis litteris* de MAINGUENAU (1998, p. 140-142).

2 CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E DE FALANTE⁹ ENQUANTO ELEMENTOS ORGANIZADORES DO CONCEITO DE TEXTO

Para BARROS (p. 3)¹⁰, embora os estudos do texto e do discurso sejam heterogêneos, há um ponto de vista comum entre eles, que é o “de preencher o espaço entre posições bem definidas pelos estudos lingüísticos anteriores – língua vs fala, competência vs *performance*, enunciado vs enunciação, lingüístico vs extralingüístico.” A rigidez dessas posições tem como cerne uma certa percepção de linguagem, já com sua formulação melhor acabada em Ferdinand de Saussure. Compreendendo a realidade da linguagem como heterogênea, Saussure distinguiu duas faces, das quais uma foi eleita como o objeto de uma nova ciência. Estamos falando da separação entre *langue* e *parole* e da compreensão de que: a) a primeira teria uma realidade autônoma, auto-regulada e estruturada o suficiente para justificar um estudo em que são considerados apenas os elementos imanentes ao seu sistema; b) a segunda conformaria uma face individual, sendo o falante responsável pela atualização e realização da primeira.

Essa formulação teve alguns antecedentes, tendo raízes já a partir do século XVIII, com a descoberta de semelhanças entre as línguas, o que motivou a análise das línguas em si mesmas no século XIX. A articulação mais acabada sobre a língua fica por conta de Saussure, mas é principalmente com Jakobson que há a concretização da “idéia de sistema e de oposição sistemática com a elaboração de um modelo de sistema fonológico para as línguas humanas, com base na noção de oposição e autonomia da linguagem.” (FARACO, 1999a, p. 33). Desse modo, o foco de interesse

⁹A palavra “falante” está sendo utilizada no sentido dado por FARACO e NEGRI, ou seja, enquanto ser envolvido nas “práticas discursivas, nas atividades socioverbais produtoras de significações” (1998, p. 163).

¹⁰Estamos nos referindo aos Estudos do texto e do discurso no Brasil.

direcionava-se às unidades que compunham a língua, como fonemas, morfemas, sílabas e palavras.

Como a língua acabou sendo eleita como objeto da lingüística, em boa parte dos estudos que operaram com essa perspectiva não houve necessidade de problematizar o falante. Quando ele é considerado, trata-se de um ente ideal que possui uma competência lingüística, muitas vezes biologicamente determinada, ou possui algumas características (sexo, idade, classe social, etc.) que fazem distinguir aspectos de sua pronúncia, sintaxe, etc. (FARACO & NEGRI, 1998, p. 159-160). Nesse sentido vemos que, segundo FARACO e NEGRI (*Ibidem*, p. 160), “[...] a concepção tradicional de pessoa humana (transformada em elemento de senso comum) é o limite máximo de eventuais asserções que os lingüistas cheguem a fazer sobre o falante. [...] e a imagem que permanece soberana, quando é necessário mencionar o falante nos estudos lingüísticos, é aquela do **indivíduo** construída pelo pensamento pós-medieval. (grifo dos autores).” Ou seja, se no mundo medieval cabia ao ser humano “exercer uma função específica numa ordem social estática, cumprindo, assim, um determinado plano divino e se preparando para a vida pós-morte” (*Ibidem*, p. 160), ele passa a ser encarado modernamente como um ente individual e autônomo.¹¹

Nessa perspectiva não entram questões formuladas nos séculos XIX e XX por Marx e Freud que, conforme FARACO e NEGRI, desconstroem o conceito moderno de indivíduo. Para Marx a organização social está condicionada, em última análise, pelo modo de produção, e o indivíduo, dessa maneira, tem de ser entendido a partir das relações sociais e não o contrário; para Freud, o nosso interior é muito mais complexo do que uma “unidade racional e consciente idealizada pelo pensamento

¹¹Conforme FARACO e NEGRI (*Ibidem*, p. 161), o reforço dessa individualidade se dá por diversos fatores, como a revalorização da cultura greco-romana, os princípios elaborados pela Reforma religiosa do século XVI, as novas práticas científicas no XVII e o pensamento político do XVIII.

pós-medieval” (*Ibidem*, p. 162). Assim, o modo como agimos e o que falamos são vistos como determinados pelas forças da **ideologia** e do **inconsciente**. Essa reconceitualização do ser humano acaba traçando outras linhas para as discussões sobre a linguagem, sobretudo aquelas que circulam no âmbito da análise do discurso e vão definindo os conceitos de discurso.

O sujeito, nesse sentido, não é visto mais como fonte de seu dizer, pois antes de tudo ele está envolvido em uma rede social, na qual são produzidos enunciados que se repetem e moldam as nossas ações e dizeres, sendo a consciência, nesse sentido, produzida fora do sujeito. Se for tomada uma perspectiva mecanicista nessa relação que se estabelece entre sujeito e rede social, diremos que as forças do meio determinam seus dizeres e ações, sendo o sujeito assujeitado pelas forças ideológicas. Essa posição pode levar à idéia de que não é o sujeito quem fala, mas sim um discurso anterior que fala através dele ou que ele é apenas um porta-voz de “[...] uma instituição, ou uma teoria ou uma ideologia (e não os locutores) e cada discurso está submetido a regras específicas que ultrapassam não só a dimensão do indivíduo que fala como também o da sua consciência.” (POSSENTI, p. 6).¹² Desse modo, é possível dizer que haja e que possam ser estabelecidos ou caracterizados discursos, como o científico, o político, o médico, o pedagógico, o sindical, o de direita, o feminino, etc., cada um dos quais se particulariza por um conjunto de enunciados que comportam uma identidade ou unidade (que se distingue de outros enunciados) por serem produzidos numa mesma instância ou serem relativos a um mesmo referencial. Segundo POSSENTI (*Ibidem*, p. 4), este tipo de análise do discurso se fez presente sobremaneira na França no final dos anos 60 e início dos 70, quando se buscava nos discursos políticos as propriedades (seja no léxico, na

¹²Estamos nos referindo ao texto **Apresentação da análise do discurso**.

sentença ou em qualquer outro elemento recorrente) que caracterizavam aqueles pertencentes a um ou outro grupo político.

Essa crença na homogeneidade ou unidade interna dos discursos é bombardeada por Foucault, que mostra o quão heterogênea é a constituição dos discursos, que não possuem uma unidade ou uniformidade interna a eles inerente. Para o autor, no livro **Arqueologia do saber**, os enunciados que se apresentam como pertencentes a grandes conjuntos, como a medicina ou a gramática, por exemplo, não formam uma unidade por referirem-se a um mesmo objeto, por comportarem um tipo específico de enunciação ou um alfabeto específico de noções ou ainda uma unidade temática. Um conjunto de enunciados é definido antes por sua dispersão, cabendo a este tipo de análise pesquisar se entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, que se encontram dispersos, é possível definir uma regularidade ou perceber os elementos de sua formação. Se se puder defini-la, então haverá aí uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1997, p. 35-45). Quanto à questão da subjetividade, para ele, o sujeito não é uma consciência que fala, não é o autor da formulação, mas “uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes.” (*Ibidem*, p. 133). Nesse sentido, Foucault corrobora para a desconstrução do sujeito moderno, conforme vimos anteriormente, destruindo a idéia de autor ou de sujeito fundante. Vemos que se constrói aqui uma outra percepção de discurso, que compreendido como heterogêneo, caracteriza-se como formações discursivas ou ainda como um conjunto complexo e difuso de enunciados que modelam nossos dizeres, nossas representações de mundo e nossa vida social.

Com a desconstrução do conceito de autor e de subjetividade, o texto ou a escritura passaram a ser privilegiados em detrimento das referências que se faziam à vida ou ao contexto do autor, principalmente na literatura. Passam, assim, a ser

incorporadas outras preocupações, como a estrutura e a organização do texto, o qual “passou a ser visto não só como um artefato, mas também como uma forma atualizadora de códigos culturais que pré-existem e transcendem à autoria e, portanto, devem ser estudados em si, dispensando-se a necessidade de referência a quem está escrevendo.” (FARACO & NEGRI, p. 163, 1998). Enquanto tal, o texto também é percebido como um tecido de citações, ou seja, um espaço de intersecção entre diferentes dizeres que são costurados no processo de construção. E mais ainda, aquele que recebe/lê o texto é percebido como um elemento fundamental que, ao invés de interpretar o significado único ou o querer-dizer do locutor/autor, atribui e agrega outras significações ao texto. Também começa a propagar-se a idéia de intertextualidade, cuja conceituação mais comum é de que textos são retomados, modificados, enfim “conversam” entre si.

Tendo esse quadro como referência, podemos dizer que no modelo de Halliday & Hasan, há pouco espaço para a problematização do falante; no máximo este é dotado de uma competência textual que o faz diferenciar texto de não-texto, fazendo-nos lembrar a adoção de uma hipótese fortemente inatista nesse modelo. Mas vimos que os autores não operam com o arcabouço teórico gerativo; como observamos no capítulo anterior, são os elementos da língua que passariam a configurar um texto e diferenciá-lo de um amontoado de sentenças. Nesse sentido, a competência do falante está em reconhecer que a distinção está na língua, em elementos que mantêm a textura, como as retomadas referenciais ou coesivas de expressões, palavras, etc. O falante então reconhece texto por marcas dadas pela língua; portanto não produz texto se estas não são explicitadas/reconhecidas. Assim, o falante é aquele que utiliza um sistema lingüístico auto-regulado e autônomo, com o qual realiza uma instância do uso, ou seja, produz um texto. E quando não é

respeitado o funcionamento próprio do texto (ou seja, não há identidade de referência ou, enfim, textura), então não há texto, ocorre uma “falha”, portanto é preciso corrigir o uso feito do sistema lingüístico. Dessa forma, operam com a idéia de que quem fala são os códigos e não um autor/sujeito.

Já em Brown & Yule começam a entrar em cena tanto a figura do falante/escritor quanto do ouvinte/leitor, já que o texto é encarado enquanto um evento comunicativo. No entanto, mesmo considerando a linguagem nessa dimensão, ambos são vistos separadamente como instância da produção ou da recepção. Assim, o produtor é o centro do processo de comunicação (conforme prefácio do livro, p. ix), portanto responsável pelo sentido do enunciado ou o seu controlador. O processador do texto entra em cena como aquele que faz um esforço de reconhecimento da intenção do falante a partir de pistas deixadas no texto e a partir de uma competência da qual lança mão para dar sentido ao texto. O ponto de partida de inferenciações do processador é o material lingüístico, ou melhor, estabelece-se uma relação entre o que o falante/escritor fala/escreve através das pistas deixadas no material verbal e as inferenciações que são necessárias para dar sentido ao texto, as quais são provenientes de processos operados pelo ouvinte/leitor. Como nesse modelo de representação do texto o ouvinte/leitor tem um papel importante, os autores orientam suas análises para os processos ou operações demandados para que o ouvinte/leitor reconheça texto enquanto tal ou que o organize ou dê coerência a ele quando nem tudo está explicitado no material verbal. Nesse processo comunicativo, o falante/escritor é a origem absoluta de seu dizer, não considera aquele com quem interage ou pelos menos parece ter precedência sobre o ouvinte/leitor. Quanto ao ouvinte/leitor, é alguém para quem a mensagem é enviada e cujo papel nesse processo é o de reconhecer a intenção do falante ou de fazer operações para dar

sentido à mensagem e chegar a sua intenção. Como vemos, o ouvinte/leitor é um ente importante, mas ele não entra como um “elemento ativo na geração de significações”, como apontam FARACO e NEGRI, não cria textos agregando outros textos, outras significações, etc., mas, como destacamos, processa as intenções já construídas pelo falante/escritor por meio de processos que ele (ouvinte/leitor) já possui. Nesse sentido, o falante continua tendo o controle sobre o seu dizer.

No modelo de Beaugrande & Dressler, tem-se a idéia de que controlados os fatores de textualidade pelo produtor, há garantia sobre a significação. Se considerarmos a visão de leitor apresentada anteriormente, os textos não possuem um significado ou interpretação únicos e corretos. Como assinalam FARACO e NEGRI (*Ibidem*, p. 164), “ler é um processo ativo e complexo de geração de significações”, o qual “não obedece a uma lógica dedutiva, mas a uma lógica do símbolo que é sempre associativa.” Pensamos que o conceito de gênero cunhado por Bakhtin, o qual discutiremos mais adiante, dá conta dessa preocupação de Beaugrande & Dressler com os vários aspectos envolvidos no processo de produção e recepção, com a diferença de que esses processos para Bakhtin não são abstraídos da vida concreta do discurso, sendo os fatores reguladores e definidores do texto bem mais múltiplos e fluidos do que aqueles que se idealizam nesse modelo.

Como podemos perceber, as questões que surgem com a problematização do sujeito começam a repercutir sobre um certo fazer lingüístico. Retomando a citação de BARROS no início desse capítulo, poderíamos dizer que os espaços deixados de lado começam a ser preenchidos e as novas designações ou objetos, como texto e discurso, tentam pelo menos dar conta da porção da linguagem em que se encontram elementos envolvidos com a fala e as condições de uso da língua. As respostas dadas pelos autores que apresentamos introduzem essas questões, mas a

perspectiva de texto que queremos vai mais além e tenta tirar proveito dos estudos preocupados com o modo como se constituem e como estão relacionados sujeito, linguagem e mundo.

Nesse sentido, pensamos que não poderíamos prescindir das idéias do Círculo de Bakhtin que, parece-nos, forneceu respostas interessantes ou, para sermos mais honestos, foi a partir de suas respostas que foi possível percebermos como os teóricos lidam com as questões que envolvem a linguagem.

2.1 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM COMO PEÇA-CHAVE PARA O ESTUDO DO TEXTO EM DIMENSÃO DISCURSIVA

Segundo BARROS (1994, p. 1), “Bakhtin antecipa de muito as principais orientações da lingüística moderna, principalmente no que respeita aos estudos da enunciação, da interação verbal e das relações entre linguagem, sociedade e história e entre linguagem e ideologia.” Embora Bakhtin comece a ser conhecido no Ocidente nos fins dos anos 60, é apenas na década de 90 que temos uma visão geral de toda a sua produção, pelo menos aqui no Brasil, quando todos os seus textos (ou pelo menos todos aqueles de que se tomou conhecimento até agora) foram traduzidos. Por isso, cabe uma dose de cautela ao inseri-lo em qualquer quadro teórico.¹³ Além disso, a discussão sobre a autoria de seus textos, os problemas de tradução (no contexto brasileiro, pelo menos), o fato de os textos não terem sido traduzidos seguindo a ordem cronológica de sua produção, o fato de o autor ter sido conhecido inicialmente mais como teórico da literatura ou ainda a confusão criada pelos inúmeros rótulos a ele aplicados (seria formalista, marxista, cristão, teórico do carnaval?) dificultaram e

¹³Sobre esta questão, ver o texto “Bakhtin : precursor?”, de FARACO (1999b, p 189-199). Ver também capítulo da dissertação de CASTRO (1993), intitulado “Bakhtin e a análise do discurso: um diálogo possível”.

adiaram para mais tarde a apreensão mais apurada de seu pensamento. Mesmo hoje tendo uma visão mais global de sua obra, muitas de suas idéias parecem repercutir ainda de maneira seccionada nos estudos da linguagem, os quais privilegiam sobretudo o uso e a aplicação de algumas categorias criadas por ele em seus trabalhos, como carnavalização, polifonia e dialogismo.

O ponto central do pensamento do autor é o seu modo particular de olhar para a linguagem, a partir do qual foi possível construir respostas que geraram e ainda geram polêmicas com uma ampla gama de campos (a lingüística, a filosofia, a crítica literária, a psicologia, etc.) sobre os mais variados temas que estão em constante debate (signo, ideologia, sujeito, etc.). Utilizamos como fonte principal de discussão sobre a linguagem o livro **Marxismo e filosofia da linguagem**, cuja autoria, ainda cercada de mistérios, é atribuída a Bakhtin/Voloshinov. Cabe ressaltar que em torno de Bakhtin se reuniu um grupo multidisciplinar de pensadores, por isso parece mais pertinente hoje atribuir a construção desse olhar ao que se convencionou chamar de Círculo de Bakhtin, denominação que utilizamos nesta dissertação.

No capítulo 4 do livro, ao buscar inicialmente delimitar as fronteiras da linguagem enquanto objeto de estudo, Bakhtin/Voloshinov se vêem diante de um objeto complexo que engloba tanto a esfera física quanto a fisiológica e a psicológica. Mas a esse conjunto, segundo os autores, falta “alma”, aquilo que daria a ele uma unidade, ou seja, falta inseri-lo

na esfera única da relação social organizada [...], é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social [...], é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata [...]. Portanto, *a unicidade do meio social e a do contexto social imediato* são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-químico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. [grifos dos autores]. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 70-71).

Nem todos os elementos do meio social organizado e da situação de troca social mais imediata, no entanto, são constitutivos da linguagem, por isso necessita-se de uma redução a um determinador comum para “isolar e determinar a linguagem como objeto de estudo específico.” (*Ibidem*, p. 72). Segundo Bakhtin/Voloshinov, as respostas que foram dadas para solucionar esse problema podem ser reunidas em duas orientações principais: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, que repercutiram sobremaneira nos estudos da linguagem. Grosso modo, para a primeira orientação, cujo representante principal é Wilhelm Humboldt, o psiquismo individual constitui a fonte da língua, a qual se caracteriza por um fluxo ininterrupto de atos de fala. Assim, as leis do desenvolvimento lingüístico são as leis psicológicas. Para a segunda, ao contrário, é o sistema lingüístico que organiza os fatos da língua; as leis que regem este sistema são imanentes e são irreduzíveis a quaisquer outras. Mas qual das duas revelaria a verdadeira realidade lingüística: O “ato individual de fala ou o sistema da língua”? A “evolução criadora ininterrupta ou a imutabilidade de normas idênticas a si mesmas”? (*Ibidem*, p. 89).

Nos capítulos 5 e 6 do livro acima citado, os autores irão analisar esses dois modos de olhar para a língua, os quais serão recusados por eles pois não dão uma resposta correta sobre a natureza da linguagem já que ambos, como ponto de partida para pensar sobre a língua, apóiam-se na *enunciação monológica fechada*, desligada da realidade mais imediata, do seu contexto lingüístico que gera a responsividade e a multiplicidade de vozes, bem como consideram *o ato de fala como individual*.

Analisando primeiramente o objetivismo abstrato, Bakhtin/Voloshinov assinalam que se for lançado um olhar objetivo, oblíquo sobre a língua, não se encontrará um sistema de normas imutáveis; ele não possui uma existência objetiva, a menos que seja do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor, para o qual,

num dado momento da história numa dada comunidade lingüística, a língua poderia ser imutável. No entanto, para os autores, “A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas.” (*Ibidem*, p. 92). Tanto locutor quanto receptor não percebem a língua como um elemento normativo, estável, igual a si mesmo, mas como elemento flexível e variável que figura numa dada situação concreta. O locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas e o receptor compreende (e não identifica ou reconhece) a forma utilizada num contexto particular. A palavra isolada de seu contexto não é um signo, mas um sinal, ou seja, não está preta ou “carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico e vivencial”, o que caracterizaria o signo. (*Ibidem*, p. 95). Uma distinção primordial aqui é entre signo e sinal e seus correlatos: o processo de descodificação (compreensão) e o de identificação, respectivamente. O sinal possui um conteúdo imutável, não reflete e não refrata nada, não pertence ao domínio da ideologia. Embora haja um traço de sinalidade na língua, ela é sempre deslocada, é absorvida pela nova qualidade do signo. O sinal e o reconhecimento para os falantes de uma dada língua materna são apagados, o que não ocorre com a língua estrangeira, quando num primeiro momento o que percebemos é sua sinalidade, dado que não estamos mergulhados nessa língua do mesmo modo que na língua materna. “A assimilação de uma língua se dá quando a sinalidade é absorvida pelo signo e o reconhecimento pela compreensão.” (*Ibidem*, p. 94). “Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística.” (*Ibidem*, p. 95).

Para os autores, a reflexão do subjetivismo idealista sobre a língua também baseia-se na enunciação monológica. Ou seja, a enunciação é vista como um ato

individual que parte da consciência do sujeito e encontra sua exterioridade na expressão a partir de algum código ou material, considerado passivo em relação ao que está no interior. Como a expressão é vista como externa, pensa-se que ela não traduz com exatidão o conteúdo a exprimir, por isso acredita-se ser possível que o conteúdo esteja separado de sua expressão. A direção tomada por Bakhtin/Voloshinov é de que não há atividade mental sem expressão semiótica, “não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é *a expressão que organiza a atividade mental*, que a modela e determina sua orientação.” (*Ibidem*, p. 112 – grifos dos autores). A enunciação não é regida por regras individuais, não é um ato individual que emana unilateralmente dos desejos ou intenções do indivíduo, mas é produto da interação, constrói-se nas condições reais de enunciação; ela é socialmente dirigida, processa-se no encontro de dois indivíduos socialmente organizados. Pode ser que não haja um interlocutor real, mas este outro está sempre presente enquanto alguém com quem temos uma relação mais estreita ou que está em um nível hierárquico superior ou inferior, etc.; enfim, é a ele que dirigimos a palavra. Mas esse conteúdo que vem de fora não é puramente um reflexo do mundo exterior, pois os interlocutores, a relação que mantemos com o outro e as situações de enunciação são múltiplas e tornam complexo esse conteúdo.

Nesse sentido, para os autores, considerando que a enunciação é de natureza social, determinada pela situação social imediata, e que nossa consciência não existe fora da linguagem, a realidade da linguagem não está nem na enunciação monológica nem no ato individual, mas na *interação*, ou seja, não está na língua, considerada como objeto autônomo desvinculado das situações concretas, nem está situada na consciência individual do sujeito. A partir dessa percepção, somos considerados seres de linguagem, nosso conteúdo mental é construído na/pela linguagem; não nos

apropriamos dela como um sistema pronto e acabado, mas nós mergulhamos no fluxo, na corrente contínua da comunicação verbal, constituída por múltiplos sujeitos que estão organizados socialmente. E é nesse espaço que a língua vai sendo estruturada, mas continuamente.

Essa compreensão sobre a natureza da linguagem não pode prescindir da apreciação feita pelos autores sobre a natureza do signo, tema que dá início ao livro **Marxismo e filosofia da linguagem** e considerado central para fundamentar as bases de uma filosofia da linguagem que pode dar respostas aos problemas do marxismo, como o estudo das ideologias e as relações entre infra-estrutura e super-estrutura. Foi o conceito de signo como realidade de duas faces que permitiu a Saussure a distinção entre *langue* e *parole* e a primazia da estrutura sobre os elementos envolvidos na linguagem concreta. Bakhtin/Voloshinov também reconhecem a importância da concepção de signo, mas sob outras bases e com outras preocupações.

Para eles, o signo não se constitui a partir da enunciação monológica nem da consciência individual; o signo é uma realidade exterior revestida de uma materialidade social construída no encontro de indivíduos socialmente organizados. É nesse terreno interindividual que é construída uma gama heterogênea e variável de atividades sociais que possibilitam múltiplas formas de compreensão de mundo. Esses olhares aí constituídos são organizados em domínios ideológicos particulares, os quais se orientam por um universo de signos específicos constituídos a partir do processo de interação. Segundo os autores,

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (*Ibidem*, p. 31 – grifos dos autores).

A palavra “ideologia” dentro do quadro teórico do Círculo de Bakhtin não tem o sentido de algo que dissimula ou encobre a realidade, mas que reflete e refrata múltiplas formas de representação, olhares ou visões de mundo, e não está situada na consciência, mas é exterior e se materializa em signos. Como se vê, entre o signo e a ideologia há uma mútua correspondência: “Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.” (*Ibidem*, p. 32). Sendo nossa consciência semiótica, materializada em signos, os quais estão cobertos de valores ideológicos, fica claro o fato de que o olhar sobre o mundo é sempre refratado, ou seja, entramos no terreno do apreciativo, do já-dito, não num universo virginal ou numa realidade em estado puro. Assim, o mundo interior é visto enquanto uma realidade socioideológica, em que o conteúdo vem de fora, compõe-se da palavra do outro (palavra enquanto signo ideológico por excelência, flexível, que pode funcionar como signo interior sem expressão externa). No entanto, não se trata de um processo determinista em que o mundo interior apenas reproduz o exterior; no mundo interior os discursos que tomamos dos outros se bivocalizam e ganham novas nuances. A compreensão nesse sentido não pode manifestar-se senão por material semiótico; compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos.

A compreensão da linguagem enquanto interação, a indissociabilidade entre signo e ideologia, a formação da consciência a partir do signo são algumas das percepções que compreendem a visão dialógica da linguagem atribuída a Bakhtin ou ao seu Círculo. O dialogismo, segundo FARACO (1988, p. 23-24), “é uma das categorias básicas de seu pensamento [...], em que aborda o dito dentro do imenso universo do já-dito; dentro do fluxo histórico da comunicação; como réplica ao já dito e, ao mesmo tempo, determinada pela réplica ainda não dita, todavia solicitada e já prevista.” O Círculo parte de uma idéia mais ampla de diálogo enquanto qualquer tipo

de comunicação verbal, não apenas aquela referente à comunicação entre dois indivíduos. Nessa dinâmica há sempre espaço para a resposta ou o uso da palavra, mesmo que não haja equidade social entre interlocutores e que sejamos impedidos de responder em voz alta. E essa responsividade dialógica é o elemento que dá dinâmica à interação, em que os sujeitos, mergulhados nas situações concretas, tecem réplicas que se orientam por múltiplos universos ideológicos ou horizontes de representação.

Sob esse ponto de vista, se formos retomar a tradicional divisão língua/fala, diríamos que nem a língua é completamente estruturada nem a fala é completamente caótica ou desestruturada. Para o Círculo de Bakhtin, efetivamente a estrutura não se separa do fluxo, da dinâmica social, não é ponto de partida ou um *a priori* destacado desse fluxo. É o movimento, a enunciação concreta que se dá via interação que organiza ou estrutura nossos dizeres.

Nesse sentido é importante percebermos que admite-se a existência de um componente reiterável e outro não reiterável. Isso fica mais claro na distinção que é feita entre tema e significação no capítulo 7 de **Marxismo e filosofia da linguagem**. No processo da enunciação, o tema se caracterizaria por ser concreto, dinâmico, individual, não reiterável e de ter sentido apenas na enunciação completa; já a significação é abstrata, reiterável e idêntica em cada enunciação particular. Mas um não é possível sem a existência do outro, ou seja, “é impossível designar a significação de uma palavra isolada sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um ‘exemplo’. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido.” (*Ibidem*, p. 129).

Dada a dificuldade de estabelecer uma fronteira entre ambos, os autores tentam precisar a relação existente entre eles: o tema constituiria “o estágio superior real da capacidade lingüística de significar”, enquanto a significação seria o estágio inferior, é “apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto.” (*Ibidem*, 131). Nesse sentido, a análise da significação de um ou outro elemento lingüístico pode tomar dois caminhos: ou em direção ao tema, em que é feita uma análise da “significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta” (*Ibidem*, 131) ou em direção ao sistema lingüístico. A expressão “Que horas são?”, por exemplo, é dotada de tema e de significação. Ela tem um sentido diferente cada vez que é usada, ou seja, possui um tema, em que estão envolvidos tanto as formas lingüísticas quanto os elementos não verbais da situação (quem, para quem, onde?). Mas, para realizar-se, o tema apóia-se sobre a reiterabilidade da significação, que em si mesma não quer dizer nada, é uma possibilidade de significar. No caso da expressão acima, a investigação de sua significação pode direcionar-se para o estágio superior ou inferior. Se para o superior, é o contexto da enunciação que dará sua significação, que pode ser “Você está atrasado(a)”, “Estou esperando você há horas”, etc. se se trata de uma enunciação dirigida ao outro em um encontro ou no trabalho, e que pode ser seguida de uma entoação ou de um gesto com caráter sarcástico, brincalhão ou de advertência. Se para o inferior, a possibilidade de significação pode acabar se reduzindo ao sentido considerado usual ou central, ou seja, a de que se trata de uma pergunta sobre a hora.

Essa distinção também tem um papel importante na questão da compreensão. A compreensão da enunciação só é possível se houver não apenas um reconhecimento da significação, mas também do contexto único e singular. A compreensão da enunciação “Que horas são?” será passiva se a abstrairmos de seu contexto, havendo então apenas um reconhecimento da significação, em que a

resposta típica será algo como “São 9 horas”. A compreensão será ativa quando apreendemos o seu tema, e nela já está o germe de uma resposta. Conforme os autores, “A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão.” (*Ibidem*, p. 133). É nessa dinâmica, em que estão envolvidos múltiplos interesses e situações, que vão se estabelecendo novas significações, mas sempre com caráter provisório.

Todas essas considerações distanciam-se sobremaneira da concepção de linguagem mais comum da lingüística e abrem espaço para pensar o sujeito/falante, a realidade na qual ele está inserido e as suas práticas discursivas. A linguagem é percebida como uma realidade complexa, e é exatamente isso que vai interessar. O olhar é para as práticas discursivas ou, mais precisamente, “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997, p. 181). Da mesma forma o sujeito/falante não é visto como autônomo ou condicionado de modo determinístico pelas estruturas da ideologia e do inconsciente, como vimos anteriormente, mas envolvido numa rede múltipla e intrincada de discursos.

É nesse sentido que entendemos discurso e é nessa direção que queremos compreender texto, numa dimensão que se distingue de uma visão de texto enquanto objeto em si mesmo e descolado das enunciações concretas. Sendo assim, a visão do Círculo de Bakhtin, de que a realidade da linguagem está relacionada com os falantes e a vida prática, constrói um outro eixo para os estudos do texto, cujas indagações se distanciam daquelas levantadas pelos teóricos que discutimos. Nos capítulos seguintes veremos quais são as implicações disso.

3 TEXTO EM DIMENSÃO DISCURSIVA

No capítulo anterior vimos a percepção do Círculo de Bakhtin sobre a realidade dialógica da linguagem, elemento que nos dá consistência para elaborar uma percepção discursiva do texto, além de nos possibilitar compreender os caminhos tecidos por diversos autores ao tratarem do tema.

Embora também haja preocupação, por parte dos autores apresentados no capítulo 2, com a linguagem em uso ou o evento comunicativo, ela se distingue sobremaneira da compreensão do Círculo. Algumas distinções já foram esboçadas anteriormente, como o fato de que a linguagem para os primeiros é uma realização ou atualização do sistema lingüístico, ou seja, como o sistema se organiza quando se lida com trechos maiores que sentenças ou para além das estruturas consideradas pela lingüística, enquanto para o Círculo trata-se da linguagem efetivamente inserida nas situações reais e concretas. Não queremos com isso invalidar os estudos realizados sobre o texto, mas confrontar as possibilidades que se abrem a partir da visão do Círculo com uma visão de texto em que seu sentido e estrutura estão na verdade abstraídos da produção real ou descolados de qualquer relação com os eventos reais de comunicação, em que são apresentadas situações congeladas de produção a partir das quais são criadas categorias que passam a responder pela propriedade de ser texto.

No caso de Halliday & Hasan, por exemplo, o tipo de estruturação ou organização interna do texto considerado pelos autores está muito mais atrelado a critérios estabelecidos para a modalidade escrita em determinados tipos de eventos, como aqueles que exigem um certo rigor no que se refere ao uso de um padrão de

língua estabelecido pela sociedade como adequado a certas ocasiões para que se evitem problemas eventuais de comunicação. Esses critérios são a base para certas análises de redações de alunos, nos quais são encontrados exemplos de não-textos. No entanto, a não adequação de um tipo de texto, não considerado pela escola como tal por vários motivos, não quer dizer que esta seja a única possibilidade, digamos, textual dos alunos. Eles perfeitamente produzem outros textos, interagindo com as pessoas no dia-a-dia. Assim, para falar em não-texto é necessário que se esclareça qual o tipo textual de que se fala, se levarmos em consideração a multiplicidade lingüística dos sujeitos. E mesmo assim, onde encontramos não-textos? O que estaria por trás da tentativa de separar texto de não-texto? Há realmente não-textos? Parece-nos que esta busca se acomoda muito mais no quadro de uma perspectiva sistêmica da linguagem em que importa o critério de conformidade à norma, ou seja, a preocupação com a gramaticalidade ou não dos textos, em moldes parecidos com aqueles aplicados às sentenças, mas agora estendidos a trechos maiores e com certas especificidades.

É possível estendermos a crítica feita por Bakhtin/Voloshinov ao objetivismo abstrato ao modo como esses autores procuram estabelecer fronteiras para o estudo do texto. Uma questão primordial para eles é o fato de que um falante nativo sabe quando está diante de um texto e de um não-texto. Pelo caminho tomado por eles, a resposta para essa questão é que os falantes percebem nos elementos formais da própria língua a textualidade. Já seguindo os passos de Bakhtin/Voloshinov, para o locutor não interessam num primeiro plano as características intrínsecas do texto ou sua conformidade com a norma, mas a “nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa não é o aspecto da forma lingüística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre

idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 93-94). E também para o receptor não importa o reconhecimento da forma, mas sua compreensão num contexto específico. No caso dos textos, essa percepção se torna mais pertinente, já que vários autores tentam compreendê-los enquanto fenômeno da linguagem em uso ou do evento comunicativo, portanto dentro de enunciações concretas. Mesmo assim, faltou-lhes uma compreensão mais apurada dos aspectos envolvidos nas enunciações, fazendo com que recaíssem numa visão sistêmica de texto.

Essa visão também não permite perceber que a estruturação interna do texto se modifica com o tempo. O que pode parecer coeso ou coerente para nós hoje pode não sê-lo daqui a alguns anos, mesmo que estas categorias se apliquem mais à modalidade (à escrita, e para certos eventos) na qual as mudanças lingüísticas são menos desejadas. Portanto, há que se considerar o aspecto histórico de certas estruturas e não a sua imutabilidade. Na perspectiva do Círculo, a dificuldade de compreensão de certos textos não contemporâneos reside no fato de que as formas empregadas estão deslocadas temporalmente do fluxo verbal em que foram utilizadas, não se podendo recuperar completamente o quadro que as tornou possíveis.

A partir do que foi esboçado, parece limitado iniciarmos uma discussão sobre as questões de texto explorando sua definição ou tentando encontrar o melhor modo de estabelecer suas propriedades gerais que o distinguem de um não-texto. Essa preocupação é uma ocupação muito mais das abordagens formalizantes que dos interlocutores concretos, pois não faz parte da preocupação destes a análise das qualidades formais intrínsecas no texto. Isso só interessaria se para os interlocutores

esse olhar para o imanente servisse como uma forma ou uma das formas de avaliação do enunciado do outro. Conforme já assinalamos, não é nosso intuito invalidar o caminho traçado por esses autores, mas ampliar as possibilidades de construção de um estudo do texto.

Já BROWN & YULE (1983) não se restringem à descrição ou determinação das propriedades formais da linguagem, mas querem investigar as funções ou propósitos dessas formas lingüísticas para as realizações humanas.¹⁴ Como tem sido insuficiente o estudo das inúmeras funções que a linguagem apresenta, os autores preferem resumi-las a duas:

- a) a **transacional**, direcionada à expressão do conteúdo, em que se parte do pressuposto de que “o que o falante (escritor) tem primeiramente em mente é a transferência eficiente da informação”. (tradução nossa - *Ibidem*, p. 2). Esta informação, que deve ser elaborada de modo claro, deve ser compreendida de modo adequado pelo receptor para que se evitem “conseqüências desastrosas no mundo real” (*Ibidem*, p. 2 – traduções nossas);
- b) a **interacional**, relativa ao uso da linguagem que “estabelece e mantém relações sociais” (tradução nossa - *Ibidem*, p. 3). Para os autores, nas conversas diárias, a intenção do falante é mais de interagir do que transmitir uma informação, o que também ocorre em certos gêneros escritos (como cartas).

Essa direção permite aos autores perceberem que os elementos gramaticais são apenas pistas lingüísticas que podem servir aos atores envolvidos na interlocução. Para eles, estamos freqüentemente diante de mensagens que não podem ser

¹⁴Conforme os autores, “The analysis of discourse is, necessarily, the analysis of language in use. As such, it cannot be restricted to the description of linguistic forms independent of the purposes or functions which those forms are designed to serve in human affairs.” (BROWN & YULE, 1983, p. 1 – grifo dos autores).

interpretadas se forem consideradas apenas as estruturas, já que nos eventos reais as construções lingüísticas são bem mais fragmentadas. Diante disso, não cabe investigá-las em termos de boa ou má formação sintática, mas de como elas são prontamente interpretadas. A dinâmica desse processo se garante pela soma dos conhecimentos lingüísticos e de outros conhecimentos adquiridos, possibilitando a compreensão, sendo que há um esforço por parte do receptor para entender a intenção do locutor, numa clara alusão ao princípio de que este está pronto a cooperar. Entre os elementos que são considerados no processo de interpretação, BROWN & YULE (*Ibidem*, p. 225) assinalam três: computar/calcular a função comunicativa (*computing the communicative function*), usar conhecimentos socioculturais gerais (*using general socio-cultural knowledge*) e determinar as inferências a serem elaboradas/construídas (*determining the inferences to be made*).

Embora seja percebido o papel que o ouvinte/leitor exerce sobre as mensagens do locutor, vemos que ele se restringe a preenchê-las utilizando os processos citados acima com o intuito final de reconhecer o que foi dito/escrito pelo locutor. Por mais que nesse modelo não sejam consideradas apenas as formas lingüísticas, a perspectiva é de que quem constrói enunciados são os falantes e quem os interpreta são os ouvintes. Enquanto os falantes são a fonte do dizer, os quais não consideram os segundos na construção dos enunciados, aos ouvintes cabe identificar o que foi dito, dar coerência somando formas lingüísticas e outros conhecimentos.

Para os autores o elo que liga os interlocutores no processo de interação é a necessidade de transmitir informações ou interagir cooperativamente através da linguagem; portanto é nesse encontro que tudo se organiza. A distinção primordial entre esse modelo e a compreensão do Círculo é que para este a interação se dá entre indivíduos socialmente organizados; é por essa característica que há a possibilidade

da interação, espaço em que a linguagem se constitui. Desse modo, na maioria dos estudos lingüísticos, a construção da figura do locutor e do receptor e a posição que eles ocupam no processo de comunicação verbal não condizem com a realidade da linguagem, segundo Bakhtin/Voloshinov. O locutor não seria fonte de seu dizer, já que sua consciência é semiótica (não existe fora dos signos) e os signos têm uma realidade exterior; assim, o sujeito se constrói na interação, quando entra no universo das palavras alheias, do já-dito, e a ele se dirige. E quando se apropria das palavras do outro, ele não as reconhece de um rol preciso e imutável de formas lingüísticas, mas se orienta pelas novas possibilidades da palavra nas enunciações concretas ou em “um contexto ideológico preciso”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 95). Nessa dinâmica, locutores e receptores são apenas posições intercambiantes que os sujeitos ocupam, uma vez que os locutores extraem as palavras “de um estoque social de signos disponíveis” (*Ibidem*, 113); eles são proprietários da palavra apenas quando esta se materializa em som e não em signos, pois neste último caso a questão seria mais complexa, já que o signo não nasce na consciência individual, ele é, antes, alimento desta. Da mesma maneira, os receptores não são destinatários passivos, não apenas compreendem, mas também respondem ativamente aos enunciados; “toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor.” (BAKHTIN, 1992a, p. 290). Também “o locutor não espera uma compreensão passiva, mas uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc.” por parte do outro (*Ibidem*, p. 291), tanto que a sua busca é sempre direcionada a convencer, a influenciar, a provocar uma resposta, etc. Essa alternância dos sujeitos falantes pode ser vista mais claramente nas réplicas do diálogo, cuja dinâmica representaria, para o autor, a “forma clássica da comunicação verbal” (*Ibidem*, p. 294). Mesmo em se tratando de enunciados

produzidos em esferas mais complexas, como a artística, científica, etc., ainda assim, é encontrada essa representação do diálogo.

Pareceria à primeira vista que essa dinâmica do diálogo não deixaria entrever onde começam e terminam os enunciados. Embora realmente as réplicas do diálogo, assim como os enunciados mais complexos, sejam elos na cadeia da comunicação verbal, é possível perceber neles um acabamento específico, ou seja, é possível saber o fim de um enunciado, condição que torna possível uma resposta e a alternância de posições dos sujeitos. BAKHTIN/VOLOSHINOV (1981, p. 299) assinalam três fatores que possibilitam esse acabamento: “1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento.”

Em primeiro lugar o locutor precisa dizer tudo o que queria dizer para tornar possível a responsividade e a alternância, mas o tratamento exaustivo pode ser quase total ou não. Será quase total em certas esferas em que os gêneros do discurso são padronizados ao máximo e quase inexistente a criatividade, como nas perguntas, comandos e respostas da vida cotidiana, profissional, militar, etc. Nas esferas criativas, é inesgotável o tratamento de um objeto a ser tratado, mas os objetivos traçados, a delimitação do tema e do material impõem certos limites que dão um relativo acabamento ao enunciado.

Nessa percepção, é possível compreender de uma outra maneira o tratamento dado, por exemplo, aos chamados pares adjacentes, ou seja, àquelas formas do tipo pergunta-resposta (- Como vai? - Bem), cumprimento-cumprimento (- Oi! - Oi!), etc. Aqui a resposta típica ou característica não se dá porque os elementos formais da pergunta suscitem respostas típicas, mas porque numa dada esfera elas recebem um tratamento mais padronizado construído na interação. No entanto, não

podemos deixar de ressaltar que os elementos de uma mesma pergunta podem ganhar as mais distintas acentuações, revelando nuances de sentido muito mais complexas. A pergunta “Como vai você?”, por exemplo, não necessariamente requer como resposta “Estou bem ou estou mal”, mas pode revelar uma atitude de reprovação, ironia, preocupação e tantas outras possibilidades construídas nas enunciações concretas.

O segundo fator, o intuito discursivo do locutor, está ligado ao primeiro, já que o tratamento exaustivo do tema depende das definições do autor. O acabamento do enunciado pode ser medido, então, também pelo querer-dizer do locutor, pela escolha do objeto, dentro de circunstâncias precisas e “necessariamente em relação aos enunciados anteriores” (*Ibidem*, p. 300), e pelo seu tratamento exaustivo, além de determinar o gênero no qual esse objeto será estruturado.

Essa compreensão nos dá uma resposta mais abrangente do que se apresenta em Brown & Yule quando se discute como são compreendidas estruturas mesmo que estas aparentemente pareçam desconectadas em termos formais. Utilizando o exemplo abaixo,

“A: That’s the telephone.

B: I’am in the bath.

A: O.K.”

Widdowson (citado em BROWN & YULE, 1983, p. 228) sugere que essa seqüência é coerente por ser efetuada dentro de uma seqüência convencional do tipo A pede que B realize uma ação, B explica/declara por que não pode cumpri-la e A propõe-se ou compromete-se a realizá-la.

Numa percepção dialógica podem ser percebidos nessa seqüência muito mais elementos, além daqueles que já foram discutidos, como: a alternância dos sujeitos falantes, o acabamento possibilitado por um querer-dizer tanto de A quanto

de B, o que suscita uma atitude responsiva, o modo como A dirige-se a B e vice-versa, que é definido pela relação existente entre ambos, a conformidade ou a escolha, pelo locutor, da forma do gênero em que o enunciado será estruturado. Assim, a aparente desconexão entre as partes desse diálogo fica por conta do máximo de informação partilhada ou presumida entre os locutores, cujas nuances entoacionais dadas por eles podem fazer com que a compreensão dessa seqüência seja bem mais complexa do que a descrita por Widdowson.

Outro fator que possibilita o acabamento são as formas dos gêneros do discurso, que são para o autor “tipos relativamente estáveis” de enunciados produzidos nas mais diversas esferas da atividade humana. É por meio deles que nossos dizeres são moldados, sem os quais teríamos que construir nossos enunciados a cada momento de fala. Caracterizam-se de modo geral por sua variabilidade e heterogeneidade, podendo ser mais padronizados ou mais livres e intercambiáveis de uma esfera para outra. Conforme BAKHTIN (1992a, p. 304), os gêneros do discurso “são tão indispensáveis quanto as formas da língua para um entendimento recíproco entre locutores [...] e muito mais fáceis de combinar, mais ágeis; porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria.” No capítulo seguinte falaremos um pouco mais sobre os gêneros; por ora cabe destacar que é possível compreender o exemplo de Widdowson apresentado acima como um diálogo do cotidiano (ou seja, um tipo de gênero), em que aquelas formas convencionais, como as do tipo explicitado pelo autor (A pede que B realize uma ação e assim por diante), encontram-se presumidas pelos locutores, os quais se compreendem pela proximidade do relacionamento entre ambos e/ou pelas nuances de entonação dadas ao enunciado numa situação particular. Mas é também uma certa estabilidade dos gêneros que possibilita compreendermos um enunciado como um

pedido, um cumprimento, uma felicitação, etc., o que torna possível a nós, embora não participantes da enunciação, entendermos aquele diálogo da maneira apresentada, como um pedido, por exemplo.

Essa noção de gênero vem interessando muitos lingüistas, principalmente vem apontando para a possibilidade de desenvolver trabalhos em direção a gêneros ou tipos textuais, sem que Bakhtin necessariamente sirva como solução para esses estudos. As tipologias são sempre interessantes para percebermos as vastas possibilidades de organização de nossos dizeres, mas seus critérios e seus resultados sempre podem ser questionados, se forem consideradas as particularidades de cada situação real de uso. A organização de enunciados em gêneros, para o autor, deve levar em conta a inter-relação entre gêneros primários e secundários (dos quais falaremos mais adiante) e o processo histórico de formação dos gêneros secundários, considerando sempre os enunciados em suas condições concretas de uso.

Vemos, desse modo, que as discussões levantadas pelo Círculo são mais complexas, trazendo repercussões para o estudo do nosso objeto. Dentro dessa perspectiva, não faz sentido perguntar o que é ou não-texto e definir quais são suas propriedades como ponto de partida para uma discussão sobre texto, nem a adoção de critérios de textualidade subjacentes aos textos. A abstração que os autores discutidos fizeram é legítima, mas perdemos a oportunidade de ter uma visão mais abrangente das questões que podem envolver o texto. Ele não é encarado aqui como um objeto descolado da enunciação, mas como um elo na cadeia da comunicação verbal, ou seja, relaciona-se com outros textos e mesmo assim é possível perceber seu acabamento interno, o qual é produzido pela presença ou ausência de alternância dos sujeitos falantes e pela escolha e reconhecimento do gênero a partir do qual organizamos nossos dizeres e compreendemos os dos outros.

Retomando todo esse quadro, então, tomar o texto em dimensão discursiva é perceber que ele se estrutura no jogo discursivo, mas não é objeto com acabamento definitivo, já que a estabilidade da estrutura é relativa, está em constante movimento. Estabilizar a estrutura só é possível por um processo de abstração, em que são retirados os elementos que estão em constante movimento nas múltiplas esferas da atividade humana. A percepção do Círculo é de que é no movimento que a língua se constrói e se estabiliza com certa relatividade.

4 EM BUSCA DE POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Nesta parte tentaremos retomar algumas discussões expostas anteriormente organizando uma análise a partir de dois textos que iremos apresentar a seguir. Antes disso, ressaltamos que os números entre parênteses que aparecem ao final dos textos referem-se às suas fontes, as quais estão de igual modo numeradas no fim deste capítulo.

Julgamento no Pará

“Em terra de cego, o pior cego é o que vê e nada faz. Ou será que o acontecido com os 19 sem-terra em Eldorado não foi um massacre? Ou será que as cenas filmadas não são provas suficientes para condenar ninguém? Ou será que os culpados foram eles por estarem lutando por terra, que neste país sempre foi negada à classe que não é poder? Ou será que isso é Justiça. Ou estamos preferindo fazer de conta que estamos todos cegos?” (13)

“Por que será que só na minha televisão eu vi um bando de desordeiros avançando até um grupo de policiais, que foram acuados até não ter mais como se defender? Até que enfim parece que tem mais alguém que notou que as coisas não são bem como a maioria vê.” (17)

Trata-se de duas cartas exibidas no Painel do leitor da *Folha de S. Paulo* no dia 20 de agosto de 1999, um dia depois da absolvição de três oficiais que comandaram a operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996.¹⁵ Poderíamos deixar essas informações para mais tarde e tentarmos num primeiro momento olhar para os textos e discutir a sua materialidade numa perspectiva mais formal. No entanto, essa não foi nossa

¹⁵Para a discussão desse evento nos valemos de algumas reportagens feitas no período, principalmente as veiculadas na *Folha de S. Paulo*.

direção; já os escolhemos com outra intenção, na perspectiva de que textos têm autores, dizem algo para alguém, respondem a outros textos e provocam respostas. Desse modo, poderíamos dizer primeiramente que essas duas cartas já são uma resposta uma para outra, e foram possivelmente escolhidas para exatamente trazer à tona diferentes opiniões sobre o fato. Além disso, elas nos apontam de modo concreto a posição intercambiante entre falante/escritor e ouvinte/leitor de que falamos anteriormente: o leitor do jornal torna-se escritor/locutor. Porém, mesmo enquanto leitor, já se esboçava uma resposta, em forma de gesto corporal (um franzir de testa, uma contração de lábios, entre outros), de conversa consigo mesmo ou com os amigos, etc. No caso específico que escolhemos, vemos uma das possibilidades responsivas, agora em forma de carta para o jornal. E essa resposta é ativa. Não se trata apenas de decodificar o que foi lido, mas de se posicionar diante dos acontecimentos, concordando, discordando, etc. E este que se tornou locutor também não espera uma compreensão passiva, mas uma adesão, uma concordância, etc., e é nesse sentido que se organiza o seu querer-dizer. O outro tem então um papel ativo na composição de sua intenção discursiva. Tendo em vista esse jogo, cada texto é um elo da cadeia muito complexa de outros textos, citando BAKHTIN (1992a) que utilizou a palavra “enunciado” no lugar de “texto”.

Vale destacar nesse momento que a terminologia pouco importa se estamos preocupados com o discurso, conforme compreendido por Bakhtin, pois “Toda essa nomenclatura [enunciado, ato de fala, texto] aponta para o uso efetivo da linguagem em situações concretas de interação”. (CASTRO, 1983, p. 12). Há autores que aproximam a noção de enunciado com a concepção atual de texto, como BARROS (1994, p. 1), para quem o texto é “considerado hoje tanto como objeto de significação, ou seja, como um ‘tecido’ organizado e estruturado, quanto como objeto

de comunicação, ou melhor, objeto de uma cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto socioistórico”. Mas cabe uma dose de cuidado nesse transporte de noções, dado que “a grande maioria deles [dos estudos] ainda se concentra de forma excessiva em questões formais da palavra e da frase, esquecendo-se das particularidades genéricas do discurso vivo”, o enunciado. (CASTRO, 1996, p. 100).

Bakhtin dedicou-se ao estudo do enunciado no capítulo sobre os gêneros do discurso no livro **Estética da criação verbal**, e é nele que nos fundamentamos para analisar as duas cartas.

Vamos retomar as discussões feitas anteriormente. Havíamos dito que aqueles textos são elos na cadeia da comunicação verbal e que portanto estão relacionados a outros textos que os precederam e aos que virão como resposta a eles. Mas olhando para o interior dessas cartas, o que distinguiria uma da outra e estas de outras formas de texto? Nós nos referimos no capítulo três ao fato de que é necessário, para ser possível reagir ao enunciado, o seu acabamento, o qual é determinado por três fatores: o tratamento do objeto, o intuito do locutor e as formas do gênero. São exatamente esses fatores, interligados, que particularizam as cartas e as estruturam. Podemos dizer que o objeto em ambas recebe um acabamento relativo, limitado muito mais às restrições impostas pelo jornal. Desse modo os autores se ajustam às características que foram estabelecidas para a seção *Painel do leitor*, como por exemplo o espaço disponível na página do jornal para a veiculação das cartas, fator que limita o volume do texto. Se se dispusesse, por exemplo, de uma página inteira ou mais, seria possível aos autores ampliar o tratamento do objeto. A concisão é, inclusive, uma solicitação do próprio jornal. Além disso, os textos veiculados não trazem necessariamente o todo das cartas (endereço, telefone, e-mail, parágrafos ou itens que referenciam qual o seu objeto de discussão, com o título da matéria, página,

dia, etc., ou trechos que não são selecionados pelo jornal). Também o tempo é outro fator que as organiza, já que, geralmente, elas são veiculadas no jornal num período muito próximo ao evento sobre o qual discorrem. Assim, esse tipo de texto que precisa ser elaborado em um ou dois dias após o acontecimento revela as percepções mais imediatas do leitor, diferentemente das que se teria se houvesse um distanciamento temporal.

O tratamento do objeto está igualmente associado ao intuito discursivo, que determina a amplitude, as fronteiras do enunciado, bem como as formas do gênero. (*Ibidem*, p. 300). Esse intuito ou querer-dizer dos locutores está circunscrito numa situação precisa, que é a do julgamento dos oficiais, marcada pelas percepções de cada locutor sobre o objeto ou circunstâncias nas quais eles estão envolvidos e relacionada a outros enunciados. É nesse sentido que “os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, captam com facilidade e prontidão o *intuito discursivo*, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o *todo* de um enunciado em processo de desenvolvimento.” (grifos do autor – *Ibidem*, p. 300-301). A relação entre o subjetivo e o objetivo numa situação particular delimitada pelos enunciados já-ditos dos interlocutores é que permite apreendermos “o todo do enunciado”. Nas cartas, percebemos o propósito da primeira de se pronunciar contra e a segunda a favor do resultado do julgamento exatamente por estarmos imbuídos nesse debate na nossa sociedade. Mas não apenas isso; percebemos o tom, as nuances, a relação que são estabelecidas com outros locutores e dizeres.

O intuito do locutor também se realiza, como vimos, na escolha de um gênero, o qual para Bakhtin é o fator mais importante. Os gêneros do discurso ainda não mereceram um estudo aprofundado. No Brasil, pelo menos, há estudiosos que se

dedicam à delimitação de tipos discursivos ou textuais, mas o fato é que as formas do gênero são bastante difusas, interseccionam-se e transformam-se. Um estudo sobre esse tema deve levar em consideração, segundo o autor, a distinção entre os gêneros primários e os secundários. Os primeiros se constituem na comunicação verbal espontânea, possuem formas geralmente mais simples de enunciados, estão relacionados à realidade mais imediata e podem ser absorvidos pelos gêneros secundários. Os segundos se configuram por se desenvolverem em uma esfera cultural e histórica mais complexa e envolver um número maior de interlocutores. (*Ibidem*, p. 281). Os diálogos cotidianos, os cumprimentos, as correspondências, as ordens militares são exemplos dos primeiros; as produções artísticas, filosóficas, científicas, políticas são exemplos dos segundos.

Esses gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados que são produzidos nas mais diversas esferas da atividade humana. “Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.” (*Ibidem*, p. 284). No exemplo que estamos analisando, as cartas estão inseridas dentro de um meio de comunicação que tem características peculiares: é um meio escrito com uma composição mais ou menos consolidada, seus temas são os mais variados, mas geralmente fazem referência a tópicos do cotidiano, circula diariamente, etc. Embora importante, não é nosso intuito discorrer sobre esses elementos gerais do jornal que são bastante complexos; basta assinalar que ele se constitui por um “caldeirão” de vozes que circulam em nossa sociedade. A seção *Painel do leitor* é apenas uma minúscula parte desse “caldeirão” e possibilita ao leitor, desde o mais comum até as celebridades públicas, opinar, concordar, discordar,

informar, reclamar, etc. sobre os mais diversos temas. Vale lembrar que os textos ou trechos aí reproduzidos são pré-selecionados, levando em consideração os critérios do próprio jornal. De qualquer forma, é uma seção em que circulam as idéias dessa figura chamada leitor do jornal. Embora seja utilizada a modalidade da escrita, com a especificidade, entre outras, da ausência do interlocutor face a face, o *Painel* traz a presença do interlocutor mais explicitadamente; observando a seção, vemos que o jornal utiliza aspas para marcar o início e o fim da fala do leitor e o identifica inserindo seu nome completo, sua cidade e o estado.

Todos esses elementos de certo modo compõem um gênero epistolar, mas este tipo assume outras características quando inserido no jornal, desde o seu aspecto formal ao tratamento do tema, como vimos. As cartas que tomamos como exemplo são diálogos que circulam no cotidiano e quando se dirigem ao jornal se modificam e se organizam pelas especificidades próprias das declarações públicas. Os mesmos autores organizarão seus dizeres de outro modo se estiverem dialogando numa outra situação, como na esfera mais familiar, por exemplo, em que as convenções sociais ou discursivas são eliminadas, principalmente em relação ao destinatário.

Os três fatores que citamos definem a distinção de uma carta para outra e de outros tipos de textos, sem esquecer que não há texto puro. Para estudar textos é preciso que se compreenda a esfera da atividade em que são produzidos, a relação com o destinatário e as possíveis ligações entre gêneros primários e secundários. Daí é possível estabelecer a questão da variabilidade material do texto de que temos conhecimento, ou seja, os formatos relativamente padronizados que dão forma a ele. Nesse sentido, texto, para falar apenas em linguagem verbal, pode ser um bilhete, um artigo de jornal ou revista, um anúncio publicitário, um *folder*, um ofício, um texto científico, jurídico, um poema, um romance, uma conversa do cotidiano, uma

palestra, etc. Seu teor, extensão, formato, linguagem utilizada, sua coerência, etc. são estabelecidos pelas mais diversas esferas da atividade humana, que são históricas, não são contínuas ou lineares, mas descontínuas, por isso as formas-padrão imbricam-se, renovam-se, dão lugar a outros padrões, desaparecem ou reaparecem.¹⁶ Assim, não são os elementos lingüísticos por si mesmos que irão configurar um texto, mas primeiro um remexer na trama dos textos e a criação de um novo elo nessa cadeia, e é remetendo a essa trama que fazemos escolhas lingüísticas; enfim, organizamos o texto. Aí sim, apenas para analisar um exemplo, a presença de elementos coesivos ou relatores no texto, como destacado por Halliday & Hasan, podem fazer sentido, mas muito mais para formatos específicos de texto, como o caso de uma dissertação, cujo teor deve ser, segundo os parâmetros das instituições de ensino, dotado de uma certa “transparência” que não permita ambigüidades ao leitor, por isso a exigência do uso da língua padrão, sendo os elementos coesivos uma das maneiras de deixar a estrutura do texto mais clara. Mas essa não é necessariamente uma exigência em certos anúncios publicitários, poemas, conversas entre amigos, etc. Essa pretensa transparência de que falamos não garante, no entanto, que o sentido pretendido por aquele que produz o texto seja compreendido da mesma forma pelo outro, mesmo porque o outro entra nessa teia com as “mãos carregadas de fios” (apropriando-nos de GERALDI, 1995, p. 166). O leitor tem uma atitude responsiva ativa sobre o que o outro produz, e é tentando de certo modo responder às suas perguntas que estruturamos, por exemplo, as partes do texto que construímos.

Se considerarmos a dinâmica viva em que estão engendrados os textos, o pesquisador ou analista do texto constitui-se como um leitor particular inserido numa dada esfera. De fato, para Bakhtin, o texto é o dado primário com o qual o

¹⁶Para melhorar a qualidade dessas discussões pensamos que se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre os gêneros na área da lingüística. Essa falta de interlocução justifica a nossa pouca contribuição nesse debate específico, mas é um fenômeno que fica para projetos futuros.

pesquisador dialoga nas ciências humanas; “Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente dele, já não se trata de ciências humanas, mas de anatomia, de fisiologia humanas.” (BAKHTIN, 1992b, p. 334). Aqui estamos falando tanto do texto enquanto objeto produzido no âmbito específico de uma ciência quanto do texto considerado como material de análise que serve a determinados objetivos que o pesquisador quer alcançar. É enquanto material de análise que queremos nos deter a partir de agora. Nosso objetivo, com isso, é chamar a atenção para algumas possibilidades de análise que tentam extrapolar os estudos baseados em categorias como coesão e coerência, conforme compreendidas no quadro que delineamos anteriormente. É o que faremos a seguir tomando como base as cartas apresentadas no início do capítulo.

4.1 UM ESTUDO PARTICULAR: O DEBATE SOBRE OS SEM-TERRA EM FOCO

Vimos que textos (estamos falando especificamente dos verbais) se constroem por múltiplos sujeitos, inseridos nas mais distintas atividades e com os mais diversos objetivos. O resultado dessa dinâmica é a produção de uma diversidade de perspectivas ou de visões sobre a realidade, cada uma das quais se materializa verbalmente. Segundo FARACO e NEGRI (1998, p. 165), “há uma espécie de ligação orgânica entre elementos verbais e visão de mundo”, os quais são denominados de línguas ou vozes sociais, “uma espécie de tecido em que se entrelaçam palavras e valores; são conjuntos difusos de visões de mundo (sistemas sociais de crenças) e elementos verbais.” (*Ibidem*, p. 165). Nesse sentido, quando falamos/escrevemos, nossos dizeres estão impregnados de valores; cada vez que enunciemos, assumimos uma posição, uma atitude avaliativa. No caso das duas cartas

enviadas ao jornal, a apreciação crítica de ambas em relação ao evento se mostra mais claramente, mas isso também é válido mesmo quando queremos nos revestir de neutralidade ou objetividade. Essas posições ou vozes sociais que assumimos estão sempre postas em relação com outras, complementando-as, se interseccionando ou em conflito com elas. É essa dinâmica de diálogos entre as vozes que não deixa estabilizarem completamente as palavras, os enunciados, os gêneros; enfim, é ela “que mantém a realidade lingüística em perpétuo movimento.” (*Ibidem*, p. 166).

Com isso, a pretensão com o estudo dos textos é de tornar mais claro como se dá essa dinâmica.¹⁷ Apesar de, como assinalam FARACO e NEGRI, os trabalhos que caminham nesse sentido ainda serem incipientes, é nossa intenção lançar algumas possibilidades de análise que podem auxiliar nesse debate. Tomando ainda como exemplo as cartas do início do capítulo, dissemos que uma pode ser dirigida como resposta a outra, mesmo que seus autores não se conheçam. Para afirmar isso não nos bastou apenas identificar o mesmo tema (o julgamento) presente em ambas ou a sua reunião sob um mesmo tópico, mas a sua relação com os textos anteriores, por meio dos quais percebemos, no imenso já-dito, algumas vozes que circulam quando os sem-terra estão no centro do debate. As duas cartas, nesse sentido, refletem algumas dessas vozes, mas não se trata aqui de uma mera reprodução delas por parte de seus autores, pois cada enunciado, como vimos, possui suas próprias particularidades. O que podemos perceber então nas duas é uma certa saliência ou constância de dizeres quando esse tema está em discussão. Por exemplo, a nomeação dos sem-terra como “bando de desordeiros” verifica-se em vários textos e pode caracterizar uma forma de representação das pessoas em contraposição ao uso de “sem-terra” apenas. O mesmo

¹⁷O trabalho de Bakhtin sobre a obra de Dostoiévski é exemplar nesse sentido, ou seja, a presença no romance (portanto um gênero secundário) da língua viva falada nas festas populares e nos rituais carnavalescos (portanto um gênero primário) possibilitou a Dostoiévski criar um tipo inteiramente novo de pensamento artístico, chamado por Bakhtin de tipo polifônico, em que o discurso das personagens é dirigido para a avaliação e pela voz do outro. Como nosso texto é bem menos ambicioso, não entraremos em detalhes sobre esse estudo.

ocorre com a designação de eventos, ou seja, sobre o acontecimento em Eldorado, um autor da carta considera o seu desfecho como “massacre” e o outro vê a ação policial como uma resposta à desordem.

Para organizar esse nosso trabalho de análise, coletamos alguns artigos assinados, editoriais, reportagens e cartas de leitores que circularam durante o conflito em Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996, durante o processo de julgamento de policiais envolvidos nesse conflito, em 1999, no episódio de desocupação da Praça Nossa Senhora de Salete em Curitiba, em 1999, e quando ocorreu a manifestação nacional do MST em 02 de maio de 2000. Os textos e as informações gerais sobre esses eventos foram retirados de vários jornais, principalmente daqueles que possibilitavam a pesquisa por meio da recuperação de seus arquivos via *internet*. Também navegamos pelos *sites* organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pela União Democrática Ruralista (UDR), movimento manifestadamente contrário ao MST.

Observando os textos, percebemos que aquelas designações são recorrentes, o que é mais facilmente perceptível nos momentos de maior tensão, quando há conflitos ou embates mais diretos entre vários atores sociais: policiais, proprietários de terra e sem-terra, por exemplo. Entre as várias designações percebidas, encontramos algumas distinções: um conjunto de textos que utilizam as seguintes expressões: “sem-terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento dos sem-terra, MST, trabalhadores rurais sem terra, grupos de trabalhadores rurais, famílias de trabalhadores sem terra”; e outro que se vale de substantivos e adjetivos tais como: “movimento dos ditos sem terra, invasores, hordas analfabetas, essa pobre gente, bando de baderneiros, desordeiros, excelentes atores dramáticos”. Nesse último grupo também circulam as designações constantes no primeiro, mas ele se

destaca por revelar algumas particularidades, e é nelas que nos deteremos mais especialmente, ou seja, nos modos como são representados os sem-terra por aqueles que se opõem ao movimento e às suas ações.¹⁸

Em um artigo, lideranças e integrantes dos sem-terra são comparados a torcedores de futebol.

O mais estarrecedor, porém, é que o réu [José Rainha], após a condenação, saiu do tribunal em liberdade, para aguardar julgamento de recurso e passou a atacar a instituição de forma contundente e desrespeitosa, esbravejando, como fazem os torcedores de futebol contra os árbitros que não lhes agradam. [...] Pedem [as lideranças] descabeladas providências em juízo [...], rasgam mandados judiciais em frente às câmeras de televisão, cavam trincheiras, ameaçam incendiar tudo [...]. (1)

Nesse fragmento, retirado de um dos textos coletados, vemos que nessa equiparação são eleitas as atitudes das torcidas, consideradas irracionais e agressivas, para caracterizar o grupo. Mais adiante isso é corroborado de certo modo com a utilização do adjetivo “descabelada” e de verbos como “rasgar, cavar, ameaçar”, os quais os enquadram como sujeitos que agem irracionalmente. Esses textos geralmente utilizam sentenças afirmativas fortes organizadas junto à descrição de episódios marcantes que somam à irracionalidade um teor macabro e desalmado à personalidade dos sem-terra, como podemos perceber abaixo:

A invasão já é um ato de violência e eles ainda roubam, matam o gado, acabam com pastagens e plantações, derrubam cercas, destroem residências, prendem o proprietário em árvores, torturam, expulsam seus funcionários, quebram tudo, não deixam vacinar o gado, quebram praça de pedágio e liberam a cancela do pedágio nas estradas. (16)

E é sempre como vítimas que agem nas propriedades invadidas onde atiram no gado para matar ou comer carne, o que de todo modo é roubo. Também atiram nas vacas prenhes para deixá-las agonizando aos poucos, o que é maldade gratuita. Além disto, ateam fogo aos pastos, destroem plantações, arruinam

¹⁸Essas nossas discussões inspiraram-se em um artigo de MEHAN (1997), o qual analisa como imigrantes na Califórnia são descritos: ora como “trabalhadores não-residentes” ou “trabalhadores sem documento”, ora como “imigrantes ilegais” ou “estrangeiros ilegais”. Mais detalhes são apresentados na seção 4.2 desta dissertação.

sedes, apropriam-se de maquinários. Para culminar, afrontam proprietários e funcionários e impedem uns de entrar e outros de sair das fazendas invadidas, o que é seqüestro. (2)

Destacamos desses dois fragmentos a constância dos verbos roubar, matar e destruir, cujo matiz dado pelos autores se estende a todos os outros verbos. Caracterizá-los dessa forma como irracionais e emotivos pode ser um modo de enquadrar os seus discursos nessa mesma esfera, possibilitando aos seus oponentes contrapor a eles um discurso político “mais civilizado”. Nos textos que caminham nessa direção, vemos outras caracterizações dos sem-terra, como despreparados para um possível gerenciamento das terras que recebem/receberiam do governo. É o caso dos trechos que se seguem.

A pequena produção desses assentamentos encontra parcela de explicação no despreparo técnico e incapacidade econômica das famílias, mas também porque não é o incremento da produção o principal motivador da política do Incra e do Ministério da Reforma Agrária. (12)

É espantoso o resultado do conúbio da sucata de ideologias anacrônicas com a concepção secular das sacristias esvaziadas de apelo espiritual. No momento em que a produção agropecuária, a duras penas, está operando as mais sofisticadas tecnologias, como inseminação artificial, transplantes de embriões, manipulação genética, utilizando de ferramentas de informática, niveladores a laser, sistematização de lavouras, plantio direto, máquinas e implementos cada vez mais aperfeiçoados que demandam mão-de-obra sempre melhor preparada, surpreende que se acredite como sensatamente viável a substituição do atual quadro gerencial agrário por hordas analfabetas, armadas de primitivos instrumentos de trabalho como foices e enxadas, já em desuso, mesmo em culturas rudimentares da pequena propriedade. (1)

É tão forte o marketing coletivista embalado por artistas emocionados, políticos aproveitadores, jornalistas de superficialidades, telenovelas sensacionalistas e pastores sem rebanho, que se alguém ousa questionar a denominada reforma agrária é logo estrangido a ser taxado de desumano e reacionário. Mas a análise fria e desapaixonada revela que a fixação do homem no campo, pretendida pelo MST, ao invés de solucionar o problema da miséria rural, é via certa para seu agravamento. Todos os países desenvolvidos, sem exceção, só lograram boa distribuição de renda no campo mediante massiva migração da força de trabalho para o setor da indústria e de serviços. Mesmo com aplicação de alta tecnologia de produção, o meio rural não é hábil a gerar renda direta para mais de 3%, em média, da população economicamente ativa daqueles países. Repita-se, sem exceção. No Brasil, que ainda tem grande população rural – cerca

de 30% – e com propriedades rurais pequenas, cujo tamanho médio é bem inferior ao das propriedades rurais no Reino Unido, EUA, Canadá, Austrália, entre outros, a festejada reforma agrária pretende, pasme-se, exatamente o contrário: levar gente para o campo. Tudo isso às custas do drenamento de vultuosos recursos da população, inibindo o investimento no setor de serviços, único que permitiria elevada geração de empregos produtivos e que nos países ricos é responsável direto pelo sustento de mais de 70% da população. (10)

Os textos rebatem algumas reivindicações básicas do movimento, como a distribuição de terras para serem utilizadas pelas famílias. Se o intuito final é a produção, os sem-terra, enquanto assentados, não são capazes de produzir em larga escala porque não estão preparados tecnicamente e não possuem recursos financeiros (12). Isso porque as mudanças pelas quais passou o campo, com os aprimoramentos destacados no segundo texto, impossibilitam a sobrevivência daqueles que não se adaptam/adaptaram a essas transformações. Os sem-terra, nesse sentido, estão à margem desse processo. Interessante notar, no segundo texto, a construção da oposição entre necessidade de alta tecnologia e de mão-de-obra qualificada no campo *versus* condição dos sem-terra e seus instrumentos de trabalho: aos adjetivos “sofisticado”, “aperfeiçoado” e “mão-de-obra melhor preparada” contrapõem-se “primitivo”, “rudimentar” e “hordas analfabetas”. Ou ainda, mais especificadamente, “informática, niveladores a *laser*, sistematização de lavouras”, etc. *versus* “foices e enxadas”. O terceiro texto, quase como uma réplica ao segundo, não vê como solução para o problema agrário o estabelecimento do homem no campo, mesmo se forem utilizados meios aperfeiçoados como os apresentados no fragmento anterior. Baseia seu argumento na utilização do exemplo de fora, dos países que estão numa posição superior à do Brasil (“os desenvolvidos”), onde essa política se mostrou contraproducente. Salientamos aqui a contraposição feita pelo autor entre o que ele chama de “análise fria e desapaixonada” e a emotividade de certos políticos, artistas, jornalistas, etc. Enquanto ele se vale de dados estatísticos retirados das experiências

reais, como se tivessem um caráter incontestável, os outros fazem parte de certos grupos que nem merecem atenção ou crédito, o que se verifica pelo modo como eles são qualificados: emocionados, aproveitadores, sensacionalistas, etc. Além de inviável economicamente, a política pretendida de reforma agrária representaria um prejuízo em termos de alocação de recursos financeiros, já que a sociedade ganharia muito mais se os investimentos se direcionassem para o setor de serviços e da indústria do que para a agricultura.

Todos esses elementos destacados nos três fragmentos ressaltam os poucos benefícios econômicos dessa política, tanto para os sem-terra quanto para a sociedade, e uma das causas, que destacamos, seria o despreparo dos trabalhadores rurais para fazer frente às novas exigências no campo, ou seja, são enquadrados como atrasados ou ainda representam “o resultado do conúbio da sucata de ideologias anacrônicas com a concepção secular das sacristias esvaziadas de apelo espiritual” (1). Esses dizeres sobre os sem-terra são uma pequena amostra de novas redes que vão sendo constantemente constituídas sobre o já-dito e o que virá como resposta, sempre relacionadas às transformações constantes por que passa a sociedade. Nessa dinâmica, todos os atores têm interesses envolvidos, sejam eles quais forem, ou a manutenção da propriedade privada ou interesses econômicos, sociais, etc. e um dos modos de defendê-los é quebrar, reduzir e desqualificar o oponente para invalidar suas teses e justificar, muitas vezes, ações contra ele. Percebemos que é comum a tentativa de enquadrá-los como grupo perigoso e violento, principalmente quando ocorrem protestos por parte dos sem-terra, momento em que também recebem grande destaque da mídia. Nesses momentos várias questões entram no debate, e é nelas que vamos nos deter a seguir.

Caracterização dos protestos: construindo a marginalidade¹⁹

Por serem consideradas violentas e impedir aos outros o direito de ir e vir, as manifestações dos sem-terra são caracterizadas como uma afronta ao Estado de Direito, portanto são ilegítimas. Para demonstrar isso, são descritas ações dos sem-terra, como a depredação de prédios públicos, matança de gados, invasão de propriedades, etc., numa espécie de “demonização” dos sem-terra, como vimos. Exemplo disso também é a composição da imagem de João Stédile, líder do MST, na capa da Revista **Veja** de 03 de junho de 1998 (*ver em anexo*). Considerados então como transgressores da lei, a repressão policial se torna justa para evitar que haja confusão e que esta resulte em mortes. Quando os conflitos resultam em mortes a repercussão é sempre maior na mídia, tomando inclusive as manchetes internacionais, como ocorreu com o episódio de Eldorado de Carajás. A defesa da polícia militar considerou que esta agiu para se proteger do ataque iniciado pelos sem-terra. No caso da morte de um agricultor na BR 277, a polícia se mostrou empenhada em apurar os fatos, mas lançou algumas dúvidas sobre o local de morte, seria na BR116 e não na 277, o tiro teria partido dos policiais civis não militares ou dos próprios integrantes do MST.

Os protestos em geral são considerados legítimos enquanto parte do processo democrático. Mas são ilegítimos quando ferem a democracia. No caso do movimento dos sem-terra, os seus protestos são considerados por eles mesmos uma das estratégias de reivindicação, portanto legítimos. Para outros, no entanto, essa forma de protesto é considerada uma ameaça à lei e à ordem, pondo em jogo o Brasil e as instituições democráticas. São inúmeras as construções sintáticas que caminham

¹⁹Muitos dos caminhos desta parte têm como base o artigo de HACKETT & ZHAO (1994). Os autores analisam como os textos publicados durante a guerra no Golfo na imprensa norte-americana enquadram os protestos antiguerra. Entre outras questões levantadas por eles, os protestos foram compreendidos de várias formas: 1) como traição, anarquia violenta ou oposição à democracia; 2) como um movimento irrelevante e fraco; e 3) como uma controvérsia legítima. Mais detalhes, ver parte 4.2 desta dissertação.

nesse sentido: “fazer cumprir a lei” (12), “a falta de poder e a desordem” (12), “tudo dentro das leis” (16), “a lei deve ser sempre respeitada (16)”, “Invasor não deve ter direito à posse” (16), as “invasões de terra [...] são uma sórdida cusparada nessas instituições” (10). Abaixo mostramos alguns trechos onde essas construções são utilizadas.

Todos nós precisamos que o governo acerte em sua política econômica para minimizar os problemas econômicos e sociais. Os micro e pequenos empresários precisam de linha de crédito e financiamentos para conduzir seus negócios. Os agricultores se ressentem de condições para gerir bem suas propriedades. Enfim, a saúde, a educação, a segurança carecem de ajuda. Mas nem por isso saímos assaltando bancos, saqueando cooperativas e invadindo propriedades para que nossas reivindicações sejam atendidas. A crise é geral! Mas temos que trabalhar e exigir do governo esforços para a melhoria da condição econômica, tudo dentro das leis. Afinal, as leis existem e têm de ser cumpridas por todos. (16)

O Estado de Direito está entre as maiores conquistas da humanidade. Em oposição aos totalitarismos, no Estado de Direito, as regras que norteiam a comunidade são feitas de forma pacífica e ordenada por representantes eleitos democraticamente pelos cidadãos, sendo o respeito a tais regras garantido por um Poder Judiciário independente. Pode-se dizer que estas instituições importam na diferença entre a civilização e a barbárie. (10)

Essa consideração do grupo como ameaça é corroborada quando alguns consideram que o movimento não tem a intenção de reivindicar a terra, o que seria legítimo, mas de “querer o poder”, pelo seu caráter político.

A luta pelo poder extrapolou as fronteiras nacionais. O MST e outros movimentos sul-americanos, alguns de guerrilha, se reuniram no Mato Grosso do Sul para debaterem e trocarem experiências sobre as diferentes formas de luta, de engajamento de pessoas as suas causas, de propaganda de suas idéias e de desestruturação da ordem vigente e tomada do poder local. Tal situação passa a conflitar com os princípios da soberania nacional e da democracia organizada, e não vemos aparentemente reação dos poderes constituídos.(12)

O que está em jogo também é a noção de protesto, considerado como parte do processo democrático quando é civilizado, pacífico, não violento, e

antidemocrático quando se configura como violento, como gerador de conflitos e de baderna. Geralmente os protestos do MST são inseridos no segundo critério.

Como os integrantes são considerados fora da lei, o que significa que não é legal a forma como reivindicam, há um movimento para enquadrá-los dentro da legalidade. Isso ocorre quando se exige a sua punição por aqueles atos considerados violentos através das instituições ou atores que representam o Estado Democrático de Direito. É desse modo que se justificou, por exemplo, a atitude de um juiz de aventar a possibilidade de usar, se necessário, os serviços do exército brasileiro para garantir sua decisão de reintegração de posse de uma fazenda. Conforme autor do texto 2, “Aqui fica evidente, além da coragem, o fato que este juiz invocou uma força justa a partir das prerrogativas da lei e sob a esfera do Estado de Direito [...]”.

[...] quando o Estado declara guerra por motivos que lhe ditam suas razões, as mortes infringidas ao inimigo são legitimadas, socialmente e tidas como necessárias. Em casos menos extremos, o Estado também interfere para manter a lei e a ordem, efetuando prisões, reprimindo rebeliões, etc. Mas entenda-se, ‘a força é justa’ quando praticada sob os auspícios da lei, e não ao sabor do capricho de déspotas, que só levam em conta sua vontade pessoal. Portanto, a força só pode ser justa quando praticada sob a égide do Estado de Direito. (2)

Podemos dizer que a “lei” é um elemento fundamental nos discursos sobre os conflitos envolvendo o MST, justificando-se o uso da força quando esta é considerada justa.

Essa mesma instituição democrática que promove a lei e a ordem e os seus atores (juizes, policiais) foram alvo de críticas quando foram julgados os comandantes da operação em Eldorado do Carajás, no Pará.²⁰ Representantes dos três poderes, líderes religiosos, organizações nacionais e internacionais discutiram tanto a responsabilidade dos oficiais pelas mortes quanto a decisão da Justiça pela absolvição

²⁰Para a discussão desse evento nos valem de algumas reportagens feitas no período principalmente pela Folha de S. Paulo.

deles em agosto de 1999. Pode-se dizer que foi quase unânime na mídia a qualificação do episódio como “barbárie, massacre, chacina, tragédia”, o qual foi caracterizado por muitos como crime contra os Direitos Humanos. Nesse sentido, a absolvição foi considerada uma violação dos Direitos Humanos, colocando o Brasil na conta de “país da impunidade”, além de prejudicar a “consolidação da democracia”. A maior parte das críticas se direcionou para a forma de condução do caso pelo juiz que formulou a questão sobre a insuficiência de provas depois que os oficiais já tinham sido considerados culpados pelos jurados. Vemos que nesse episódio tanto a Polícia Militar quanto os atores envolvidos no julgamento (o juiz, os jurados) foram postos em suspeição com a alegação de que havia “evidências factuais” para a incriminação dos oficiais que comandavam a operação.

Mas, se para alguns as imagens do conflito que foram reproduzidas amplamente nos canais de televisão mostram “evidências” de um massacre, para outros a atitude dos policiais, enquanto poder constituído, justifica-se para evitar que os sem-terra perturbem a ordem. Esses dois modos de olhar para o evento são explicitados pelos dois leitores da **Folha de S. Paulo**, cujas cartas transcrevemos no início do capítulo. A segunda carta, contrapondo-se à idéia de injustiça que figurou na maioria dos textos no período em que ocorreu o episódio, vale-se da caracterização dos sem-terra que vimos no início desta análise como “bando de desordeiros”, portanto fora da lei, sendo os policiais suas vítimas.

Boa parte das discussões envolvendo os sem-terra entra em cena quando ocorrem conflitos, geralmente entre os sem-terra e a polícia, considerada instituição constituída pelo Estado para agir em seu nome. Nesses momentos de tensão, há vários olhares construídos, como podemos perceber no episódio do dia 02 de maio de 2000, em que os integrantes do MST cumpriam uma agenda nacional de protestos,

com a organização de passeatas e ocupações de prédios públicos. No Paraná, a ação dos policiais militares na BR 277, em Campo Largo, impedindo a entrada dos sem-terra em Curitiba resultou em confronto entre ambos e na morte de um dos componentes do MST. Nesse particular, a ação da polícia foi considerada justa por três leitores que escreveram para a *Coluna do Leitor da Gazeta do Povo* nos dias 4 e 7 de maio. Baseiam-se no fato de que o movimento “há muito deixou de ser um movimento social”, “a grande maioria se desviou do seu tema central” para tornar-se um movimento extremista, às margens da lei, que “só tenta trazer o conflito e a destruição” (7). Por esses motivos o secretário de Segurança Pública e os policiais militares foram cumprimentados pela sua atuação que evitou que o MST causasse “mais desordens em nossa cidade” (7).

Encarando o evento como um problema de segurança pública, alguns textos alertam para a ocorrência de uma guerra civil no país, a qual, para alguns, já se instalou (“Infelizmente somos obrigados a viver esta guerra civil que se instala em larga escala pelo país afora” – 7), para outros isso ocorrerá quando o MST se armar e tiver condições de reagir à ação policial (7).

Na constituição de alguns desses dizeres podemos entrever a construção de uma polarização, ou seja, sem-terra de um lado e sociedade de outro. No primeiro encontra-se o MST, os sem-terra, a ilegalidade, a intransigência, o antipatriotismo, a baderna, a barbárie, enquanto no outro está a sociedade, a civilização, a legalidade, os policiais que defendem essa legalidade, a população que paga impostos e está sob a égide do Estado de Direito, dizeres que se organizam em construções do tipo “grupo de agitadores, baderneiros” *versus* “nossa cidade, o povo”. Isso também pode ser visto em comentário de um componente da UDR no episódio da desocupação da Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao Palácio Iguaçu, em Curitiba, onde os

sem-terra ficaram acampados por mais de 5 meses em 1999: “A praça não é propriedade do MST e sim da população. A ocupação dos sem-terra naquele local estava denegrindo a imagem da cidade.” (8). E ainda num texto da Sociedade Rural do Paraná divulgado na **Gazeta do Povo** (p. 6) do dia 4 de maio de 2000 (dois dias depois do confronto entre policiais e sem-terra na BR 277): “[...] não apenas nós, proprietários rurais, que há muito amargamos a violência e os desmandos do MST, continuaremos a ser penalizados de forma implacável, como a sociedade brasileira pagará um alto preço pela desordem e pelos incessantes distúrbios que este movimento vem protagonizando.”

Nesse sentido, a repressão ou a punição é um modo que as instituições têm para levar/trazer os sem-terra para dentro da legalidade, para dentro do Estado de Direito, valendo-se da regra de que todos devem ser tratados do mesmo modo. A ação policial justifica-se por ser uma instituição constituída pelo Estado para agir em seu nome, impedindo que seja violado o direito dos outros de ir e vir quando os sem-terra bloqueiam rodovias, ocupam e destroem patrimônios públicos, etc., denegrindo a imagem da cidade e incitando à violência e à desordem.

Nesses debates vemos também alguns diálogos que se travam. Respondendo à posição do presidente de que há risco de quebra da ordem institucional no Brasil, Janio de Freitas²¹ assinala que o “Estado de Direito e as liberdades democráticas já estão em franca degeneração” e que “não é o MST nem é a UDR que devem responder por essa desgraça nacional”. Para tanto, vale-se de dados do IBGE sobre a realidade socioeconômica do país em que “a distribuição de renda, o poder do salário, o desemprego e demais indicadores da situação social agravaram-se, brutalmente, nos cinco anos e meio de governo Fernando Henrique. E

²¹O texto, retirado da internet, foi veiculado na **Folha de S. Paulo**, caderno *folhabrasil*, no dia 04 de maio de 2000 (16).

continuam se agravando.” Enquanto o presidente vê a ação do MST como uma afronta ao povo, à liberdade e à democracia, o jornalista a vê como causa de um agudo quadro social provocado pelo fracasso das metas iniciais do governo em combater a miséria e a desigualdade.

As atitudes do governo tanto federal quanto estadual diante desses conflitos são caracterizadas como violentas e inábeis em alguns textos. Na *Coluna do leitor* acima citada, um leitor considerou o governo (no caso estadual) despreparado para lidar com a situação “de forma pacífica e inteligente”, qualificando sua ação como violenta. (7).

Por outro lado, os atores institucionais, considerados responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, são muitas vezes criticados por sua ação pouco enérgica nos conflitos.

Entende-se as atitudes dos governantes engajados ideologicamente, como no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, ou fracos politicamente, que relutam em fazer cumprir a lei e ficam acuados e imobilizados, após confundirem justa reivindicação com desordem e crime contra o patrimônio privado e público. Esquecem, no entanto, que tais atitudes se reverterão contra eles mesmos, pois a falta de poder e a desordem chamam mais desordem e jamais viabilizam a almejada e necessária justiça social. (12)

A caracterização que o próprio MST construiu como movimento social é posto em dúvida em alguns textos que assinalam que ele desviou-se de seu tema principal, a reforma agrária, e se transformou num movimento político, guerrilheiro ou, como aponta uma edição da revista *Veja*, “O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista.” (18).

Considerando todo esse quadro, percebemos que a compreensão da palavra “sem-terra” não se dá pelo conhecimento de regras de formação de palavras, ou seja, proveniente da união do substantivo “terra” e a preposição “sem”, em contraposição à preposição “com”. Mais do que ter o sentido dicionarizado de trabalhador rural

desprovido da terra²², são construídos vários sentidos oriundos de todos esses atores particulares envolvidos. E o que percebemos nessa pequena amostra de textos é que alguns dizeres sobre eles têm sido predominantes, como a sua caracterização por meio de adjetivos e frases contundentes, por considerá-los como um grupo à margem da sociedade, ilegal, fora-da-lei, enfim, sem lugar na cidade e no campo. Ler, ouvir, proferir essa palavra não é resumir-se a um significado imutável, mas carregá-la desses dizeres que estão latentes na palavra. Em torno dela são estabelecidos múltiplos diálogos, tanto por parte daquele que profere e que ao fazê-lo retoma outros diálogos, confrontando-os, realçando-os, etc., quanto daquele que os retoma e a eles responde, e assim por diante. É desse modo que consideramos os textos como elos na cadeia da comunicação verbal, percebendo que não estamos entrando num terreno virginal, mas sim num terreno cercado por dizeres que vão constituindo e organizando o objeto. Assim, sob a sigla MST e seus integrantes, há, mais do que um teor homogêneo, uma confluência de discursos heterogêneos constituídos por múltiplas vozes.

Entre as vozes, percebemos que predomina, pelo menos nos textos por nós analisados, o enquadramento do MST e seus integrantes como “inimigos da democracia”, lembrando que se costuma diferenciar dois grupos: aqueles que querem realmente a terra e aqueles que querem a baderna. Esse enquadramento tem sido usado como estratégia para desconsiderar algumas formas de protesto dos sem-terra, que acabam sendo caracterizados por seu modo de manifestação com o uso de adjetivos e construções sintáticas conforme já assinalamos. Abrindo um pouco o quadro, vemos que a construção “inimigo da democracia” também foi utilizada contra os protestos organizados durante o regime militar, que considerava aqueles que se

²²Segundo o Dicionário Aurélio, o verbete “sem-terra” significa: “Diz-se de, ou trabalhador rural que não possui, ou não dispõe de terreno no qual possa exercer sua atividade.”

opunham à ordem por meio de manifestações como “agitadores, inimigos da democracia, contra-revolucionários”. Também a caracterização desse inimigo como guerrilheiro e comunista parece persistir em alguns momentos, já que em muitos momentos crê-se que os sem-terra querem tomar o poder pela força revolucionária das massas, estratégia considerada obsoleta em alguns textos, mas ainda perigosa (“Movimento revolucionário armado até os dentes, esperando apenas a hora de desestabilizar o poder constituído.” (16); “O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista (18); “sucata de ideologias anacrônicas” (1)).

Mas é do regime militar que os discursos sobre o Estado de Direito querem se distanciar quando dizem que o país está consolidando a democracia, a qual pode ser posta em xeque com o MST. Embora grandes mudanças separem as décadas de 60 e 70 e a atual, e nesse particular não se questione hoje a legitimidade do ato de manifestar e a livre expressão de idéias como parte do processo democrático, mantém-se a dicotomia inimigo da democracia *versus* Estado de Direito, e algumas atitudes vindas do poder central são consideradas como semelhantes às do regime, como, por exemplo, a censura de Andrea Matarazzo, secretário de Comunicação da Presidência da República, a um programa em que João Pedro Stédile seria entrevistado. Seu argumento foi de que “Um sujeito que incita o quebra-quebra de pedágios e que foi indiciado pela Polícia Federal não pode aparecer numa TV educativa.” (14).

Se aprofundássemos mais o quadro, poderíamos analisar se o discurso anti-MST vale-se de uma narrativa²³ que se tornou senso comum, que é a de povo ordeiro e pacífico que prima pela ordem e pela paz e verificar como se construiu essa

²³O uso que fazemos da palavra “narrativa” baseia-se na idéia de arquétipo, mito ou meganarrativa utilizada em HACKETT & ZHAO (1994). Os autores não fazem uma apresentação teórica profunda sobre os termos; apenas sinalizam que os mitos, conforme Galtung, “so deeply internalized in the culture as to be taken for granted, constitute the raw material out of which the social cosmology of a people is made, the assumptions built into deep ideology and deep structure, never to be questioned.” (*Ibidem*, p. 533).

narrativa. Com certeza, passaríamos pelos discursos veiculados no período do regime militar em que o dissenso era considerado uma afronta ao País e as manifestações perturbavam a ordem vigente. Há, claro, diferenças. Alguns dizeres hoje consideram que as manifestações são legítimas num regime democrático, mas quando se tornam violentas, elas violam o Estado de Direito, “o qual foi conquistado a duras penas”. Referem-se, nesse sentido, à centralização do poder nas mãos dos militares na década de 60, em que quase todos os canais institucionais foram fechados.

Também é interessante analisar a intolerância a movimentos que podem se caracterizar como políticos. Vale assinalar que os movimentos representam, segundo alguns estudos, uma mudança no modo de organização das lutas que se relacionam à terra. Por exemplo, o tom messiânico observado nos movimentos de Canudos e Contestado deu lugar a um tom mais político. Isso pode levar a uma análise da avaliação atual da palavra “política” no contexto dos conflitos sociais e sua forma de organização. Em alguns textos o movimento organizador é considerado negativo, já que seus membros se reúnem, discutem, organizam ações, mas para outros é positivo, considerando que no País poucos são os movimentos de força. É baseando-se na idéia de um movimento organizado que ele é caracterizado como a única organização que efetivamente combate o desemprego maciço (15) ou como um movimento modelo para reivindicação de empregos. Nesse particular, consideram-se os membros como parte daqueles que estão sem emprego ou como questão que afeta a todos, já que “Hoje estão todos no mesmo barco” (15) ou “a responsabilidade sobre a reforma agrária cabe a toda a sociedade” (11), diferentemente daqueles que os vêem como à margem do Estado, portanto da própria legalidade.

Nesse sentido, seria interessante um aprofundamento do trabalho analisando a visão de sociedade, de democracia, de estado, etc. que são difundidos nesse debate.

Nesses textos também circulam alguns discursos comuns sobre o país e o regime democrático que caberiam ser discutidos, como “país da baderna”, “país da impunidade”, “país em processo de construção” ou “consolidação da democracia”, etc., ressaltando a polarização entre o que é considerado pacífico e civilizado *versus* violento e bárbaro e que pode estar revelando antes de tudo a polarização social, a distância entre a riqueza e a pobreza, as contradições entre o homem urbano e o rural. Caberia analisar ainda o que leva a uma atitude violenta de ambos os lados (governo, MST e outros atores envolvidos), revelando um clima de violência e intolerância no país a que todos estamos submetidos. Ou melhor ainda, quais são as novas formas de violência e embates entre os sujeitos, já que a violência não é uma característica somente da atualidade. Além disso, cabe discutir, conforme assinalamos, se os discursos tentam levar/trazer o movimento para dentro do Estado de Direito quando se trata de julgar as suas ações, mas não de inseri-lo como parte da sociedade e enquanto tal com os direitos que são usufruídos por esses “outros” que respeitam a lei.

Uma interpretação possível

A partir de 1995, com a implantação do Plano Real, circulou o discurso de que a estabilidade da moeda brasileira, o real, significava estabilidade para o país, e a inflação foi eleita como o vilão a ser combatido. Assim, quando eram feitas críticas ao Plano Real, considerava-se o seu formulador como contrário à estabilidade, portanto, contra o Brasil. Pode-se dizer que por longo tempo a crença no Plano foi maior que a descrença, e a vontade de manutenção da estabilidade fez arrefecer pouco a pouco as inúmeras manifestações públicas que até então marcaram o cenário brasileiro. Esse discurso da estabilidade baseado na moeda sofreu seu maior impacto no início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998,

quando o real obteve sua maior desvalorização diante do dólar. Vendo que o quadro que foi se desenhando a seguir arrefeceu a crença no Plano Real, o governo federal procurou criar uma nova estratégia para responder às críticas feitas ao encaminhamento de sua política. Não mais o Plano Real ou a moeda são os elementos a serem resguardados, mas agora é o Estado Democrático de Direito que corre perigo quando um ou outro movimento ameaça romper o silêncio da estabilidade. Entre os novos inimigos desestabilizadores, o MST vai se tornando o principal, já que foi um dos primeiros a organizar formas de manifestação mais contundentes após o Plano Real, e os conflitos daí advindos entre o movimento, proprietários rurais e polícia têm recebido grande destaque por parte da mídia. O modo de o governo contrapor-se a esse inimigo não é refutando a tese da reforma agrária, que vem se tornando inclusive peça quase obrigatória nos programas de vários partidos, mas tentando caracterizá-lo como desestabilizador do Estado Democrático de Direito. Para tanto, sinaliza para a existência de dois grupos: os verdadeiros sem-terra necessitados e aqueles qualificados como baderneiros. Sobre as ações do MST ocorridas no dia 02 de maio de 2000, o presidente da República as considerou como “bateria, desordem, desrespeito à liberdade e à democracia”.²⁴ Para ele, a democracia comporta a liberdade de expressão, considerando assim legítimos os protestos; no entanto, a liberdade exige responsabilidade e “deixa de existir quando não existe uma ordem respeitada, assumida, aceita e, portanto, legítima”. Além disso, a democracia “exige o respeito à representação popular (que vai desde a escolha de vereadores ao presidente da República). A democracia exige o respeito à autoridade constituída, porque ela foi constituída pelo povo – e o respeito à autoridade é o respeito ao próprio povo.” Assentado sobre os princípios da democracia representativa, o movimento é visto

²⁴As falas do presidente foram retiradas de uma reportagem veiculada na *Folha de S. Paulo* no dia 05 de maio (caderno *Folhabrasil*) devidamente aspeadas pelo jornalista e assim transcritas por nós.

como não representante da vontade da sociedade, já que há a tentativa de separar “o povo” de um grupo que antes prejudica os cidadãos ao protestar e ainda tem como objetivo último tentar derrubar o presidente, o que é considerado uma afronta ao processo democrático. Caracterizar o movimento como político e não social²⁵ e como transgressor da lei é uma tentativa de considerá-lo ilegítimo e perigoso.

Há aí uma noção de Estado como protetor da sociedade e portanto são legítimas as formas de repressão para a manutenção do Estado de Direito. O que se faz é separar, de um lado, um bloco homogêneo chamado sociedade e, de outro, os grupos de protesto, os quais acabam interferindo no direito dos outros. Há também uma idealização do Estado, como se os representantes eleitos pudessem resumir em torno de si todas as adversidades existentes na sociedade e não tivessem vínculos com diversos grupos com poderes econômicos e políticos.

De fato, a discussão recai sobre o conceito de democracia, muito mais difuso e complexo que a propalada idéia de governo do povo e para o povo. Embora a democracia, segundo THOMPSON (1998, p. 216-217), “tornou-se a única idéia capaz de garantir o exercício legítimo do poder político neste século XX”, o seu desenvolvimento (da democracia representativa) “criou, até certo ponto, novos problemas que ameaçam solapar a própria legitimidade que o ideal de democracia pareceu outorgar.” Entre os problemas apontados pelo autor,²⁶ “o desencantamento da parte dos indivíduos com as instituições políticas estabelecidas” pode tentar explicar as manifestações ocorridas no país. As quebraadeiras de prédios públicos e as agressões a agentes públicos podem estar manifestando esse desencantamento,

²⁵O presidente Fernando Henrique Cardoso disse à *Folha de S. Paulo*, em 21 de maio de 2000, que “a inquietação não é social, é política. Até porque estamos em ano eleitoral.” (3)

²⁶THOMPSON (*Ibidem*, p. 217-219) cita quatro problemas: desilusão com relação às instituições estabelecidas, coexistência da democracia representativa com uma série de desigualdades geradas pelo mercado, restrição das práticas democráticas às esferas políticas institucionalizadas e limitação das estruturas políticas dos estados nacionais.

agravado ainda pelas constantes notícias de corrupção por parte destes atores. Mas mais que isso, indicam que essas instituições estabelecidas não estão respondendo de modo satisfatório às demandas dessa sociedade heterogênea marcada por profundas desigualdades em relação à distribuição de recursos. É interessante perceber que algumas representações de democracia vão se constituindo nesse debate, como a idéia de que ela possibilita a livre manifestação, mas desde que ela mesma não seja afrontada. No Brasil, se se a considera afrontada, a resposta tem sido a repressão do próprio Estado; no entanto, alega-se que as atitudes são contra grupos e não contra a sociedade que elegeu os representantes. Por isso é importante desqualificar esses grupos como não cidadãos, como marginais à lei, como ilegítimos, não porque protestam, o que seria um contrasenso à idéia de democracia que o governo defende, mas pelo modo como protestam, o que acaba justificando a intervenção do aparato policial e dando legitimidade a ela. Embora seja questionável a violência de ambas as partes, encarar o problema como uma questão de segurança nacional pode levar os governos a se empenhar muito mais na repressão do que nas raízes que deflagraram esse quadro. Algumas respostas dadas pelo presidente não só em relação ao conflito de terras, mas também a outras manifestações têm chamado a atenção da sociedade nesse sentido, como a criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, que tem sido comparado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) (18). Também os atos institucionais se fizeram em nome da ordem interna e vimos que seus efeitos foram a centralização do poder e, ao final de tudo, a proibição e a repressão de qualquer tipo de manifestação considerada contra o regime.

De fato, o problema da terra é bastante complexo no Brasil e vem se tornando cada vez mais difícil. Entre as questões mais discutidas, a modernização agrícola na década de 70 e a intensificação industrial são assinaladas como os fatores

que mais provocaram mudanças no campo, nas relações de trabalho e na configuração espacial dos habitantes. Hoje os sem-terra não encontram espaço de trabalho nem no campo, que se utiliza cada vez menos de mão-de-obra, nem na cidade, cuja demanda especializada por força de trabalho, principalmente pela inserção de novas tecnologias, tem deixado grande contingente populacional sem ocupação. É claro que esse quadro descrito diz muito pouco das complexas transformações por que passou a sociedade, mas dá uma idéia do quão complexo é o problema da terra, e mais do que isso, da condição econômica e social em que se encontra boa parte dos brasileiros. Os tão mencionados desenvolvimentos tecnológico do campo e econômico do País não levaram necessariamente a uma melhoria nas condições de vida da maior parte da população.

Pintar ou desqualificar os sem-terra como baderneiros pode ser um dos modos de adiar a resolução do problema, mas esse dizer já estará cravado nos entornos da palavra “sem-terra” quando a proferirmos futuramente, revelando a forma como alguns atores, na dinâmica das práticas discursivas, tentaram representar o outro na sociedade.

Considerações sobre a palavra “sem-terra”

Nesta parte, queremos levantar alguns aspectos históricos de formação da palavra “sem-terra”, salientando que, se estamos considerando a dimensão discursiva, é possível fazer um estudo inclusive sobre uma palavra. Conforme assinala BAKHTIN (1997, p. 184),

Essas relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro.

Segundo os textos do livro **Movimentos sociais no campo**,²⁷ de 1985, esses movimentos já datam da década de 20 e envolvem uma multiplicidade de fatores e atores que levam a um quadro de constante conflito entre diversos interesses. Essa tensão e as mudanças econômicas que se processaram ao longo dos anos propiciaram a construção de uma diversidade de substantivos que designam algumas posições que ocupam os sujeitos envolvidos na questão da terra, como, por exemplo, camponeses, lavradores, posseiros, grileiros, intrusos, parceiros, arrendatários, colonos, peões, volantes, bóias-frias, proprietários rurais, produtores rurais, trabalhadores rurais, assalariados rurais, entre outros. Muitos destes nomes arrefeceram, enquanto outros permaneceram ou a eles foram se agregando novos sentidos. Não é nosso intuito buscar a trajetória histórica desses termos, mas perceber que o seu aparecimento, manutenção, mudança ou desaparecimento estão relacionados a um quadro complexo de fatores. “Assalariado rural”, por exemplo, só poderia aparecer no momento em que, no mínimo, há alterações nas relações de trabalho. A palavra “camponês” e seus correlatos, como “campesinato”, utilizados ainda nos textos desse livro escrito em 1985, hoje quase desapareceram da maior parte dos textos. Vemos também que aos termos acima vão se agregando outras designações e também significados, como o caso de “produtores desapropriados”, que no processo de desapropriação de terras para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no final da década de 70, por exemplo, incluíam “proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, além de trabalhadores permanentes e temporários e a força de trabalho familiar” (*Ibidem*, p. 19).

O mesmo ocorre com a palavra “sem-terra”. Não analisamos com profundidade onde nem em que condições aparece essa palavra, mas não podemos

²⁷Embora os textos que nos interessaram se refiram apenas aos movimentos no Estado do Paraná, trata-se de um importante documento para retirarmos algumas informações históricas sobre o MST.

isolá-la do quadro dos variados movimentos que começaram a se articular a partir da década de 60, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (1961), e os posteriores, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), em 1981, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984.²⁸ Tomando como base o MASTRO, por ser considerado um dos marcos de referência não só em nível estadual mas também nacional, a sua constituição (objetivos, modos de articulação e atores envolvidos) vai se delineando principalmente a partir das desapropriações de terra para a construção da Usina de Itaipu.²⁹ Os ânimos entre a Itaipu Binacional (empresa que possuía autonomia para agir sem a intervenção mais efetiva dos órgãos públicos) e os “produtores desapropriados”, entre os quais se distinguia um grupo “com” e outro “sem” escritura legalmente registrada, começaram a se exacerbar quando se iniciaram as primeiras compras em 1977. Segundo os lavradores, a empresa estava propondo um preço baixo para as indenizações, os critérios de avaliação eram desconhecidos, os financiamentos que eles tinham no banco estavam sendo descontados dos valores das indenizações, entre outras reclamações. Apesar da insatisfação, as reivindicações só começam a produzir efeitos a partir da intermediação da Comissão Pastoral da Terra (formada pelas Igrejas Evangélicas Luterana do Brasil e Católica) que organizou discussões, lançou documentos denunciando a situação no campo e promoveu assembléias juntamente com agricultores, sindicatos e outras entidades. Desses encontros originaram-se algumas manifestações, como a concentração ao redor do escritório da empresa em Santa Helena, que durou 17 dias (setembro de 1980), e o acampamento, em março de 1981, em frente ao Centro Executivo da Itaipu

²⁸Neste pequeno histórico do movimento, tomaremos como base o texto *Movimentos sociais rurais no Paraná*, em FERREIRA, 1985, p. 9-49.

²⁹O Tratado de Criação de Itaipu e a Declaração Conjunta entre Brasil e Paraguai foram assinados em 26 de abril de 1973 (FERREIRA, 1985, p. 18).

Binacional, com a presença e apoio de políticos de oposição, sindicatos locais, além da CPT e Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CPJP). Esta última mobilização, conhecida como Movimento Justiça e Terra, obteve muitos resultados satisfatórios para eles e manteve-se ainda para exigir o cumprimento dos acordos. Segundo FERREIRA (1985, p. 23), “o movimento trouxe à baila, pela primeira vez no Paraná, após 1964, de uma forma organizada, a questão do direito à terra, constituindo-se em condição relevante para o surgimento e fortalecimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO)”.

O MASTRO, assim denominado no final de 1981, foi a designação dada ao movimento que foi se articulando ao final do movimento de Itaipu (na metade do ano de 1981), quando se percebeu que muitas daquelas famílias envolvidas ainda estavam sem terra ou ocupação. Preocupados com o destino dessas famílias e de outras que a elas se somavam – desse contingente sem terra também passaram a fazer parte lavradores que não trabalhavam na área atingida (ameaçados pela intensa mecanização nas fazendas), assalariados rurais ou antigos produtores diretos (insatisfeitos com baixos salários e a dificuldade de acesso à terra) –, os sindicatos locais e a CPT continuaram se mobilizando (inscrevendo essas famílias) e dando uma estrutura para o movimento com a organização de diversas comissões compostas por representantes de alguns municípios do oeste paranaense. As reivindicações passaram a ser outras agora, como a desapropriação de terras ociosas por interesse social, ou seja, “terra no Paraná” para os inscritos no MASTRO, e ainda a contraposição à concentração fundiária (que culminava com a expulsão dos pequenos lavradores) e a grandes grupos (com maior poder de competitividade) que passaram a comprar terras mas não tinham na agricultura sua principal atividade.

Podemos perceber, apenas nessa rápida descrição dessas mobilizações no Paraná, que a constituição dos atores envolvidos e suas reivindicações vão sendo construídas historicamente pelas próprias transformações que vão ocorrendo, as quais se mostrarão mais complexas se a elas agregarmos as nuances da conjuntura nacional. Mas tendo esse quadro mais específico, vemos que a construção da figura dos chamados sem-terra reuniu lavradores que tiveram suas terras desapropriadas para efeito da construção da Usina de Itaipu cujas reivindicações restringiam-se a valores de indenizações de suas terras. Como não houve sucesso em alguns acordos, sem-terra também foi a designação dada tanto a essas famílias (compostas de agricultores, arrendatários, posseiros, trabalhadores avulsos - *Ibidem*, p. 23) quanto a outros lavradores (arrendatários, assalariados rurais, antigos produtores) que não se encontravam na região atingida mas que se viam ameaçados pela conjuntura desfavorável a eles. Também as exigências foram outras, como a obtenção de terras. Embora o aparecimento da palavra “sem-terra” seja mais recente, as condições para seu aparecimento são muito mais complexas do que esse pequeno recorte histórico pode apresentar. A formação desse contingente na atualidade não se tornou possível apenas pela reunião de trabalhadores cujas terras foram desapropriadas para a construção da Usina, mas também por vários outros processos de mudanças por que passou a sociedade brasileira.

4.2 ALGUNS MODELOS DE ANÁLISES DE TEXTOS

Organizamos esta seção para apresentar algumas análises que nos serviram de inspiração para a parte empírica realizada anteriormente. Ressaltamos que esses estudos não necessariamente utilizam as discussões do Círculo de Bakhtin como

referência teórica, mas traçam alguns caminhos que convergem para a compreensão de que os elementos lingüísticos são marcados historicamente e se constroem na dinâmica social. Além disso, esses estudos foram também escolhidos porque abordam temas políticos de seus países que possibilitaram amplos debates pelas mais diversas esferas da sociedade e utilizam como material de análise os mais diferentes tipos de textos: artigos veiculados na mídia, panfletos, documentos políticos, opiniões jurídicas, cartas, editoriais de jornais, etc.

Uma das análises que iremos apresentar é de Hugh Mehan, professor de sociologia da Universidade da Califórnia, San Diego, apresentada na publicação **Discourse & Society**, de 1997, sob o título *The discourse of the illegal immigration debate: a case study in the politics of representation*. O objetivo do autor é analisar a dinâmica discursiva ou as estratégias de discurso que embasam a construção do discurso sobre o imigrante no debate em torno da *Proposição 187*, mais especificamente como os seus proponentes e oponentes representaram esses imigrantes e como construíram diferentes modos de caracterizar as relações que indivíduos têm na sociedade. A *Proposição 187* (intitulada *Save Our State*), aprovada em 8 de novembro de 1994 pela grande maioria dos eleitores do Estado da Califórnia, propõe, em linhas gerais, nas suas dez seções: considerar crime a produção, distribuição, venda ou uso de documentos falsos de cidadania ou residência; proibir aquelas pessoas não consideradas legais ou cidadãos de receber serviços de saúde e de acessar as escolas públicas; dotar os funcionários do Estado de poderes para investigar pessoas consideradas suspeitas ou estão em estado de ilegalidade e, se necessário, conduzi-los aos órgãos competentes.

Ao escolher como objeto o debate em torno da *Proposição 187*, o autor não tem em vista discutir elementos gramaticais por si mesmos ou o conteúdo em termos de “o que está dito”, nem descrever sua organização textual em si mesma. Do

conjunto de textos coletados, o autor procura, nesse emaranhado de vozes que remetem a um tema pontuado historicamente (no caso o debate em torno da *Proposição 187*), qual é a rede de representações que constrói os discursos sobre os imigrantes e o modo como os discursos reproduzem relações de poder. A linguagem nesse sentido tem um papel primordial, já que ela é vista pelo autor como “uma força política ativa composta de práticas discursivas que sistematicamente dão forma aos objetos”, citando Foucault. Assim, entende-se que falar é apropriar-se dos discursos alheios e deles selecionar palavras, modos de representar pessoas, lugares ou eventos, figuras retóricas, etc. para servir a necessidades específicas, e a utilização destes elementos também pode se dar futuramente, em novas combinações.

Segundo o autor, um discurso anterior que embasou a Guerra Fria ajudou na busca por um novo inimigo. Nesse período, a política de armas nucleares entre Estados Unidos e União Soviética possibilitou construir a União Soviética como um inimigo dos Estados Unidos e do Ocidente, mesmo que ela não fosse uma inimiga natural. Depois do arrefecimento do poder soviético, a hipótese é de que essa busca por um inimigo tem se voltando para dentro. Exemplo disso é a criação da *Proposição 187*, que representa uma tentativa do Estado, em aliança com os interesses do *business* e da elite, de caracterizar o imigrante como um inimigo interno.

Como a *Proposição* foi amplamente aprovada, interessa a Mehan saber o que tornou os argumentos dos seus proponentes mais persuasivos do que os dos oponentes. No confronto de vários textos, percebeu-se que os imigrantes foram representados pelos proponentes como “inimigos” e pelos oponentes como “pessoas como nós” (*one of us*). Isso é percebido pelo modo como os imigrantes são descritos. Ao descrever os imigrantes como “trabalhadores não residentes” ou “sem documento”; “pessoas sem documento” ou simplesmente “imigrantes”, os oponentes

estão considerando-os como pessoas que contribuem economicamente para a sociedade e estão numa situação apenas transitória. Portanto são pessoas que fazem parte do “nós”, são como “nós” ou serão brevemente. Já os proponentes descrevem os imigrantes como “imigrantes ilegais” ou “estrangeiros ilegais”, designando-os como pessoas que estão fora da sociedade, são estrangeiros, repulsivos, ameaçadores, até seres extra-terrestres, invasores que invadem e ameaçam a vida ou a qualidade da vida da sociedade. As próprias iniciais do título da Proposição (Save Our State) é indicativo de que os cidadãos da Califórnia estão com problemas e precisam ser resgatados/salvos desse inimigo, desses estrangeiros ilegais.

Da mesma forma, quando os oponentes se valem de frases como “Nós estamos todos nisso juntos”, “O primeiro ponto a refletir é a crença na dignidade de cada vida humana”, “Somos criados à imagem de Deus”, “Devemos nos perguntar se essa medida ajuda toda a comunidade”, “todas as pessoas, legais ou não, com ou sem documento têm os mesmos direitos humanos”, “Nós somos todos iguais perante os olhos de Deus”, “Nós fomos todos imigrantes um dia”, “doenças contagiosas não perguntam sobre cidadania”, a representação de sociedade que está aí inscrita se revela em termos de inclusão do outro, baseados esses dizeres por valores considerados como universais. Já quando os proponentes produzem declarações como “Embora nossos próprios cidadãos e residentes legais estão necessitados/carentes, aqueles que escolhem entrar em nosso país ilegalmente tem direito ao tratamento às custas do contribuinte da Califórnia”, “O povo da Califórnia sofreu e está sofrendo dificuldades econômicas causadas pela presença de estrangeiros ilegais no estado”, “imigrantes ilegais pegam o trabalho dos cidadãos”, “estrangeiros ilegais exaurem os serviços sociais do estado”, a sociedade é representada em termos de separação de *us versus them*, em que “eles” ganham e “nós” perdemos. Para Mehan, essa última representação da sociedade apela diretamente para valores individuais, de interesse

próprio, os quais são mais concretos, imediatos e localizados do que os valores universais, que são mais abstratos, distantes e apelam para o benefício geral.

Como houve aprovação da *Proposição 187*, pode-se dizer que prevaleceu na Califórnia a distinção que serviu para caracterizar os imigrantes como *them*, os quais não são merecedores dos mesmos direitos dos americanos. Assim, o autor destaca que o apelo aos direitos universais não tem sido privilegiado nos EUA e que o valor social dominante é o individualismo.

Embora aprovada, a constitucionalidade da *Proposição* foi amplamente questionada (por violar os direitos humanos, reduzir a autoridade federal de estabelecer a política de imigração, etc.) por diversos grupos de direitos humanos, escolas e pais e acionadas as cortes federal e estadual. Mas o que importa é que, mesmo que boa parte das seções da *187* não tenha sido implementada, o debate resultou na recusa de muitos funcionários em atender as populações imigrantes, no aumento do número de incidentes nas escolas, como as difamações étnico-raciais. Enfim, os discursos em torno dos imigrantes se espalharam nas escolas, nos hospitais, na comunidade em geral. Não só na Califórnia mas também em nível federal. O Congresso considerou dobrar o número de guardas na fronteira, negar novos vistos e/ou deportar imigrantes condenados de crimes, etc. A análise do discurso em torno da *Proposição* mostra o funcionamento do poder institucional e as relações de poder que estão se constituindo, mais especificamente o processo pelo qual inimigos são construídos pelas elites de modo a disciplinar a cidadania.

A segunda análise que nos serviu de inspiração foi a de HACKETT e ZHAO (1994), publicada também na revista *Discourse & Society*, intitulada *Challenging a master narrative : peace protest and opinion/editorial discourse in the US press during the Gulf War*. Ambos são da Escola de Comunicação, da Universidade Simon Fraser, no Canadá.

Os autores analisam como foram tratados os protestos contra a guerra do Golfo. Para tanto, valem-se dos recortes (reportagens, cartas e editoriais) da imprensa constantes no arquivo do Centro para a Guerra, Paz e Notícias da Mídia da Universidade de Nova Iorque e publicados entre 15 e 31 de janeiro de 1991. O objetivo do trabalho é traçar que tipos de *frames* foram aplicados aos protestos, ou seja, que modelos de notícia foram dominantes ou organizaram esses discursos.

Segundo Hackett & Zhao, três tipos de *frames* dominaram as coberturas sobre os protestos antiguerra: Inimigo interno (*Enemy Within*), Excentricidade marginal (*Marginal Oddity*) e Controvérsia legítima (*Legitimate Controversy*). Enquadrados como traição, anarquia violenta, irresponsabilidade e oposição à política democrática, os oponentes à guerra foram vistos como inimigos internos, cujas formas de protesto foram consideradas perigosas, anti-americanas, mais violentas do que a própria guerra e não legítimas, já que cabe aos cidadãos o respaldo às decisões do Congresso americano. Entre as estratégias de argumentação, destacam-se o uso de oposições entre pronomes (*us versus them*, representando os patriotas americanos e os manifestantes perigosos, respectivamente), as escolhas de expressões do tipo “criminosos, traidores, não-americanos, desleais, pseudo-intelectuais”, a utilização de metáforas desumanizadoras (“cretinos, idiotas, criaturas de mente simples, porcos da paz e roedores de meia idade”), a substituição da palavra “guerra” por “O envolvimento americano no Oriente Médio”, entre outras. Apesar de serem vistos como perigosos, os manifestantes foram qualificados como imaturos (é enfatizada a participação de estudantes), emotivos, agitadores, o que enquadra o protesto como irrelevante e fraco, portanto marginal e que não precisa ser levado em consideração (*Marginal Oddity*). Em outras manchetes, o enfoque recai sobre o próprio ato de protestar (*Legitimate Controversy*) considerado como um direito ou como forma de envolvimento cívico que promove a democracia. Em todas essas análises, os autores

trazem muitos exemplos, destacando o uso de certas palavras, repetições, características retóricas, etc. que enquadram os protestos em um ou outro *frame*.

No prosseguimento da análise, os autores destacam que as construções dominantes nesse debate resgatam a crença na América (leia-se EUA) como terra prometida. Esse mito ou meganarrativa, que se origina nos mitos judaico-cristãos, com a idéia de um povo exilado, escolhido e que tem um relacionamento especial com Deus, tem sua versão para os EUA como forma de definir-se enquanto nação. Isso é percebido na crença de que, como representante divino, portanto onisciente, onipotente e benevolente, o país tem de ser um exemplo moral e democrático, uma nação justa capaz de conduzir a democracia do mundo. Essa meganarrativa ou esse arquétipo cultural sugere uma concepção maniqueísta em que os EUA são o centro do mundo; os aliados capitalistas, o Ocidente e a democracia são os próximos nessa hierarquia; e à outra ponta dessa escala, perto de Satã, ligam-se as antíteses da América: os países hostis ao Ocidente, os não capitalistas, os regimes ditatoriais, etc.

O arquétipo da América como terra escolhida se dá via criação de um inimigo, contra o qual é preciso lutar e vencer para manter sua identidade. Segundo Hackett e Zhao, a ascendência da Alemanha e do Japão, o colapso do império soviético, a dissipação da síndrome da Guerra do Vietnã têm criado uma crise de identidade, por isso há uma certa tentativa de resgatar essa meganarrativa elegendo como inimigos a luta contra o terrorismo internacional, o fundamentalismo islâmico e o tráfico de drogas. O mesmo ocorre com a percepção sobre a guerra, em que, eleito um vilão maldoso e irracional, cabe aos EUA ter um papel de herói, de atacar e destruir o inimigo com suas armas tecnologicamente superiores e depois voltar para casa. Sua ação não é uma vingança mas uma punição, da mesma maneira que pais punem suas crianças. Dessa forma, o povo americano supera sua relutância em ir à guerra e se une para apoiar a ação, mesmo se trouxer sacrifícios e dificuldades,

porque é justo e moral fazer isso. O demônio é exorcizado, a ordem moral é restaurada e as tropas voltam para casa para as paradas que celebram a vitória.

A partir desses dois trabalhos podemos perceber que o foco de interesse vai na direção das práticas discursivas, ou seja, como os vários atores organizam seus dizeres e quais as suas possíveis raízes embasadoras. Para tanto, são utilizadas outras categorias de estudo, como as de vozes sociais, *frames*, marcas dêiticas (do tipo analisado – *us vs them*), estratégias retóricas, as quais servem como apoio para os estudos do texto, sempre considerando que o processo de interpretação/leitura se dá no ir e vir entre dados e teoria, o que significa dizer que não vamos completamente desnudos teoricamente para as análises (os dados não falam por si mesmos), nem que as categorias são estruturas prontas e acabadas. Os objetivos, nesse sentido, não são os de criarmos categorias textuais, mas compreendermos as nossas práticas discursivas ou, como assinalado por FARACO e NEGRI (1998, p. 169), “analisarmos e reinterpretarmos as práticas discursivas; refinarmos nossa percepção da realidade heteroglótica das línguas; e, igualmente, expandirmos nossa participação ativa nos inúmeros e infintos diálogos sociais.” Para isso, a comunicação verbal concreta é o ponto de partida para o “exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual” e não o sistema lingüístico ou o psiquismo individual dos falantes. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 124).

Referência dos textos utilizados na análise

- 1 ABREU, Odilon Rebés de. Invasões de terra : semeadura do ódio. **Correio do Povo**. 15 março 1998.
- 2 BARBOSA, Maria Lucia Victor. Quando a força é justa. **Folha do Paraná**, Londrina, 11 set. 1999, p. 3.
- 3 CASTANHÊDE, Eliane. Para presidente, conflitos são políticos, não sociais. **Folha de S. Paulo**, 21 maio 2000, p. A4.
- 4 FOLHA DE S. PAULO. Caderno Folhabrasil, 09 e 10 de maio de 2000.
- 5 FRANÇA, William. FHC afirma que vai usar Exército “se necessário”. **Folha de S. Paulo**, Caderno Folhabrasil, 5 maio 2000.
- 6 FREITAS, Janio de. Onde estão os riscos. **Folha de S. Paulo**, Caderno Folhabrasil, 4 maio 2000.
- 7 GAZETA DO POVO, Curitiba, 4 e 7 maio 2000, *Coluna do leitor*.
- 8 GAZETA DO POVO, Curitiba, 28 nov. 1999. p. 22.
- 9 GAZETA DO POVO. Paz na terra. Curitiba, 14 nov. 1999.
- 10 INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS. A luta pela paz social : o MST e a barbárie. **Zero Hora**. 16 março 1998.
- 11 JUNGMAN, Raul. Uma nova reforma agrária. **Folha de S. Paulo**. Tendências/ Debates, 2 jun. 1996.
- 12 LUPION, Abelardo. A guerra entre a produção e o poder : MST X FHC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 1999, p. 6.
- 13 ROVAI, Renato. Julgamento no Pará. **Folha de S. Paulo**. Painel do Leitor, 20 ago. 1999.
- 14 SECCO, Alexandre. Suspiro no campo. **Veja**, São Paulo, v. 33, n. 20, p. 48-50, 17 maio 2000.
- 15 SINGER, Paul. Os sem-trabalho. **Folha de S. Paulo**. 12 fev. 1997.
- 16 SLAVIERO, Cláudio. A verdadeira face dos conflitos no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jun. 1999.
- 17 VASCONCELOS, Sônia Bezerra de. Julgamento no Pará. **Folha de S. Paulo**. Painel do Leitor, 20 ago. 1999.
- 18 VEJA. A esquerda com raiva. São Paulo : Abril, v. 31, n. 22, 3 jun. 1998.
- 19 VEJA. A tática da baderna : o MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista. São Paulo : Abril, v. 33, n. 19, 10 maio 2000.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, pudemos perceber como alguns estudos lingüísticos se fundamentaram em dicotomias, sobretudo a partir de Saussure, cuja concepção de linguagem repercutiu sobremaneira na composição da lingüística moderna. A separação de *langue* e *parole* originou outros pares que, embora desenvolvidos sob outras perspectivas, valeram-se do mesmo ponto de partida, ou seja, da enunciação monológica e da compreensão da *parole* como ato individual, conforme Bakhtin/Voloshinov. Se do lado da *langue* encontra-se o social, o sistema lingüístico, a regularidade e a previsibilidade, do outro lado, o da *parole*, o espaço é o da individualidade, da irregularidade e da imprevisibilidade. Grande parte dos estudos da linguagem penderam para o primeiro, e os que tentaram estudar o segundo fizeram com a intenção de analisar como a estrutura poderia funcionar ou como no funcionamento estava subjacente a estrutura. Por isso o grande desafio para a teoria da linguagem seria como conciliar tanto o que é estruturado (a *langue*) quanto o que está em movimento (a *parole*).

Para esse desafio o Círculo de Bakhtin responde partindo das raízes embasadoras dessa dicotomia. Para ele, a realidade da linguagem é a interação, pois os sujeitos compreendem a língua não por aquilo que nela é recorrente, sempre igual a si mesmo, mas estão orientados para a situação concreta da enunciação, na qual os dizeres retomam, acentuam, respondem, concordam com, discordam de outros dizeres, os quais são elos na cadeia da comunicação verbal. Assim, não se recai nem na estrutura nem no movimento, mas na fronteira entre ambos.

O ponto de partida para essa compreensão é a percepção dialógica da linguagem. Utilizando a forma do diálogo como representativa da dinâmica da linguagem, foi possível ao Círculo rever os esquemas tradicionais que criaram figuras

com posições determinadas, como as de falante e ouvinte. Na dinâmica do diálogo, as posições ocupadas por uma ou outra figura não são estanques, já que o falante não espera do ouvinte uma atitude passiva, por isso passa a palavra para o outro, tornando-se, dessa forma, um ouvinte. Por sua vez, o ouvinte torna-se falante e tem para com o outro não um reconhecimento da intenção, mas a ele responde de modo ativo. Além disso, a figura do falante como alguém que rompe pela primeira vez a barreira do silêncio e que portanto pode ser considerado como ponto de partida absoluto de seu dizer também não é verdadeira para o Círculo. O falante nesse sentido não inaugura nenhum dizer, mas se vale dos enunciados já ditos anteriormente, com a diferença primordial de que os momentos nos quais ele enuncia, os interlocutores, o tempo e o espaço são os mais múltiplos possível, fazendo com que os já-ditos retomados não sejam uma mera repetição, mas, balizados por um fundo presumido, sejam um novo elo na cadeia da comunicação verbal, com as nuances particulares que só podem ser percebidas na enunciação concreta.

Entender a linguagem dessa forma nos fez perceber que as preocupações dos trabalhos sobre o texto eleitos por nós para análise estão em maior ou menor grau em consonância com uma concepção sistêmica de linguagem. Para Halliday & Hasan, por exemplo, importa descrever os processos formais internos, já que um texto é compreendido a partir de sua textura coesiva, desconsiderando aquele que fala e os aspectos sócio-históricos. Já para Brown & Yule interessam tanto o falante quanto o ouvinte, mas esses sujeitos têm papéis definidos e cabe ao ouvinte o reconhecimento do que o outro diz. Desse modo interessam quais são os esquemas gerais que possibilitam esse reconhecimento. Para Beaugrande & Dressler, os sete fatores de textualidade são princípios constitutivos que precisam ser satisfeitos para que textos sejam reconhecidos enquanto tal.

A resposta do Círculo a esses autores, simulando um diálogo, seria que os processos não são internos, mas têm a ver com a vida, são construídos nas práticas discursivas em enunciações concretas de uso. Nesse sentido, apenas para exemplificar, foi a dinâmica discursiva que tornou possível relacionarmos a expressão “bando de desordeiros”, utilizada nos textos por nós apresentados, aos sem-terra. Como vimos, a expressão revela um modo de descrever o outro na sociedade e nesse sentido é muito limitado dizer que um texto se constrói pela textura ou pela relação entre elementos lingüísticos nos moldes discutidos por Halliday & Hasan.

Os elementos lingüísticos dos quais nos valemos, conforme o Círculo, estão ensopados de valores sociais; assim, a escolha de um ou outro elemento nos posiciona diante de um objeto e ao enunciá-lo (o elemento) com determinada nuance de sentido o fazemos esperando do outro (ouvinte/leitor) uma atitude responsiva ativa. Por isso o processo de recepção é muito mais complexo do que o de reconhecimento da intenção do falante. O ouvinte/leitor também está envolvido nessa dinâmica e traz consigo valores que podem ou não estar em consonância com os do falante/escritor. Por isso descrever os processos dos quais nos valemos para compreender o que o outro diz, como no modelo de coerência, só faz sentido na enunciação concreta, já que a compreensão é sempre geradora de novas significações. Além disso, é no uso concreto que é possível perceber os elementos presumidos pelos interlocutores e que criam um elo de compreensão. Se assim não o for, o máximo que conseguiremos é extrair das formas lingüísticas o que se concebe como sentido literal ou central. Nesse sentido, levando em consideração os textos coletados sobre os sem-terra, vimos as várias nuances que a palavra “sem-terra” pode tomar, explicitamente ou não, as quais nunca coincidem com o sentido dicionarizado. É essa dinâmica que precisa ser

percebida se queremos discutir o conhecimento ou a representação de mundo que torna possível a compreensão. Tentamos explicitar isso de certo modo quando destacamos, do debate sobre os sem-terra, o modo como os sujeitos descrevem pessoas, eventos e ações, a partir do que foi possível perceber que os atores se valem de certas constantes para caracterizar o movimento como violento, como o uso de adjetivos (“baderneiros, desordeiros, violentos”) e/ou a descrição de episódios que os caracterizam enquanto tal. É possível também antever dizeres que têm algumas premissas em comum, como a consideração do movimento como uma ameaça à lei e à ordem, organizados por algumas construções sintáticas (“fazer cumprir a lei”) que vêem os protestos violentos como uma afronta à democracia, conquistada após longo período de regime militar. Os protestos são agora considerados legítimos, mas desde que não perturbem a ordem vigente. Compreender, então, os textos como elos na cadeia da comunicação verbal é estar atento às idéias que são retomadas e com que tipo de entonação particular, e a quais atores está-se respondendo e com que acento.

Se estamos entendendo assim o processo de leitura, no seu sentido mais amplo, ou seja, como processo de associação, os fatores de textualidade, conforme apresentados por Beaugrande & Dressler, enquanto esquemas válidos para todos os textos tornam-se inoperantes, porque os sujeitos estão em múltiplos lugares sociais e as possibilidades de construção são as mais variadas e nunca coincidentes, estão sempre em movimento. Nesse sentido, como medir o grau de aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, etc. sem fazer uma abstração dos eventos reais?

Dada a variedade de possibilidades textuais, que elemento torna possível distingui-los, o que lhes dá acabamento? BAKHTIN (1992a) assinala que é exatamente o acabamento que torna possível a alternância dos sujeitos falantes e portanto a atitude responsiva ativa. Aí entram o tratamento do objeto de sentido, o

intuito do locutor e as formas do gênero do discurso. É em relação a esses elementos que fazemos escolhas lingüísticas e organizamos a composição temática e material do texto, conforme esboçamos sucintamente no início do capítulo 4. Vimos que mesmo compreendendo o caráter dialógico dos enunciados, isso não quer dizer que nossos dizeres são completamente livres e não coagidos por fatores institucionais ou sociais. Isso torna a questão da intencionalidade muito mais complexa, pois ela não é produto de uma consciência isolada, de um sujeito que é fonte de seu dizer; cada enunciado nosso não é espontâneo, mas organizado dentro de formas particulares estruturadas conhecidas como gêneros do discurso, dos quais não temos consciência. No entanto, os gêneros não são estruturas monolíticas nem o sujeito é passivo no diálogo social, havendo espaço então para a individualidade. Para FARACO e NEGRI (1998, p. 169), o falante não se individualiza ou individualiza seu discurso

por meio da atualização das virtualidades de um sistema gramatical (como querem a Lingüística e a Estilística), ou da expressão de uma subjetividade pré-social (como queriam os românticos), mas na interação viva com as vozes sociais. *Autorar*, nessa perspectiva, é orientar-se na atmosfera heteroglótica; é assumir uma posição estratégica no contexto da circulação e da guerra das vozes sociais; é explorar o potencial da tensão criativa da heteroglossia dialógica.

Com essa percepção abre-se um outro eixo para os estudos do texto. Para esse debate, esperamos ter contribuído com nossa voz (ou vozes) ao nos apropriarmos da percepção dialógica de linguagem formulada teoricamente pelo Círculo de Bakhtin.

ANEXO

GUIA: Como escolher a melhor escola para os filhos
VIA antes experimentam e contam tudo

Editora ABRIL - edição 1549
ano 31 - n° 22 - R\$ 3,80
5 de junho de 1998

VEJA
N° 22
3/JUNHO/98

C. ASS. 104230735-001 1998022 VE
EXEMPLAR EXCLUSIVO PARA
NELSON JULIAO GONCALVES A 52 5A
R. BENJAMIN CONSTANT 0107029090
CENTRO CURITIBA
80060-020

veja

A ESQUERDA COM RAIVA

**Inspirados por ideais
zapatistas, leninistas, maoístas e
Cristãos, os líderes do MST pregam
a implosão da "democracia burguesa"
e sonham com um Brasil socialista**

João Pedro Stedile, líder do
Movimento dos Sem-Terra

0.15.4.9
ISSN 0100-7122

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo : Martins Fontes, 1992a. p. 277-326.
- 2 BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo : Martins Fontes, 1992b. p. 327-358.
- 3 BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1981.
- 4 BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997.
- 5 BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade** : em torno de Bakhtin. São Paulo : Edusp, 1994. p. 1-9. (Ensaio de cultura, 7).
- 6 BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Estudos do texto e do discurso no Brasil**. São Paulo : USP. S.n.t. 16 p.
- 7 BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to text linguistics**. London and New York : Longman linguistics library, n. 26, 1981. (A versão em alemão é de 1972).
- 8 BLOOMFIELD, Leonard. **Aspectos lingüísticos de la ciencia**. Madrid : Taller de Ediciones, 1973.
- 9 BONIN, Anamaria Aimoré *et al.* **Movimentos sociais no campo**. Curitiba : UFPR, 1985.
- 10 BROWN, Gillian; YULE, George. **Discourse analysis**. Cambridge : University Press, 1983.
- 11 CASTRO, Gilberto. **Em busca de uma lingüística sociológica** : contribuições para uma leitura de Bakhtin. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em lingüística de Língua Portuguesa) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

- 12 CASTRO, Gilberto. Os apontamentos de Bakhtin : uma profusão temática. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba : Editora da UFPR, 1996. p 100.
- 13 CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso : controvérsias e perspectivas. In: : MARI, Hugo (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte : Carol Borges, 1999. p. 27-43.
- 14 COHEN, David. Classical rhetoric and modern theories of discourse. In: WORTHINGTON, I. **Persuasion : greek rhetoric in action**. London : Routledge, 1994. p. 69-82.
- 15 FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin : a invasão silenciosa e a má leitura. In: FARACO, Carlos Alberto *et al.* . **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba : Hatier, 1988. p. 19-36.
- 16 FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba : Editora da UFPR, 1996.
- 17 FARACO, Carlos Alberto. O estruturalismo na lingüística. In: Estruturalismo e ciências humanas. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba : UFPR, n. 1, 1999a. p. 29-35.
- 18 FARACO, Carlos Alberto; NEGRI, Lígia. O falante : que bicho é esse afinal? **Letras**, Curitiba, n. 49, p. 159-170, 1998. Editora da UFPR.
- 19 FARACO, Carlos Alberto *et al.* **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba : Hatier, 1988.
- 20 FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin : precursor? In: MARI, Hugo (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte : Carol Borges, 1999b. p. 189-199.
- 21 FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Lingüística textual : introdução**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1988. (Série Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino).
- 22 FERREIRA, Ângela Damasceno Ferreira. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In: BONIN, Anamaria Aimoré *et al.* **Movimentos sociais no campo**. Curitiba : UFPR, 1985. p. 9-49.
- 23 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico século XXI**. Versão integral do Novo Dicionário Aurélio – século XXI. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

- 24 FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997.
- 25 GERALDI, Wanderley. **Portos de passagem**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1995. (Coleção Texto e linguagem).
- 25 HACKETT, Robert A.; ZHAO, Yuezhi. Challenging a master narrative : peace protest and opinion/editorial discourse in the US press during the Gulf War. **Discourse & Society**, London, v. 5, n. 4, 1994. p. 509-541.
- 27 HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in english**. London : Longman, 1976.
- 28 HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo : Perspectiva, 1975.
- 29 LEMOS, Maria Teresa G. de. Sobre o que faz texto : uma leitura de Cohesion in English. **DELTA**, v. 8, n. 1, 1992. p. 21-42.
- 30 LYONS, John. A lingüística : estudo científico da língua. In: _____. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo : Ed. Nacional : Edusp, 1979.
- 31 MAINGUENAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas : Pontes : Editora da Unicamp, 1997.
- 32 MAINGUENAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte : UFMG, 1998.
- 33 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Lingüística de texto : o que é e como se faz**. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e Lingüística, 1983. (Série Debates 1).
- 34 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais**. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1996. (versão provisória).
- 35 MARI, Hugo. Análise do discurso e semântica : das diferenças e das implicações. In: MARI, Hugo *et al.* (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte : Carol Borges, 1999. p. 239-258.
- 36 MARI, Hugo *et al.* (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. (Apresentação). Belo Horizonte : Carol Borges, 1999. p. 15-24.
- 37 MEHAN, Hugh. The discourse of the illegal immigration debate : a case study in the politics of representation. **Discourse & society**, London, v. 8, n. 2, 1997. p. 249-270.

- 38 PARKER, Lan. Discovering discourses, tackling texts. In: _____. **Discourse dynamics** : critical analysis for social & individual psychology. London : Routledge, 1992. p. 3-22.
- 39 PENNYCOOK, Alastair. Incommensurable discourses? **Applied Linguistics**, v.15, n. 2, Oxford University Press, 1994. p. 115-135.
- 40 POSSENTI, Sírio. **Apresentação da análise do discurso**. IEL/Unicamp. S.n.t.
- 41 POSSENTI, Sírio. Notas sobre as relações entre discurso e sintaxe. In: MARI, Hugo *et al.* (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte : Carol Borges, 1999. p. 211-223.
- 42 RONCARI, Luiz. Prefácio. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo : Edusp, 1994. (Ensaio de Cultura 7).
- 43 SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 11 ed. São Paulo : Cultrix, 1977.
- 44 THOMPSON, John B. Para uma renovação da política democrática. In: _____. **A mídia e a modernidade** : uma teoria social da mídia. Petrópolis : Vozes, 1998. p. 216-223.
- 45 Van DIJK, Teun A. Introduction : discourse analysis as a new cross-discipline. **Handbook of discourse analysis**, v. 1, 1985, p. 1-10.